

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Tadeu Alencar de Azevedo Sant'Ana Lemos

DRE 109 060 618

**O QUE TODO ESTUDANTE DEVE
SABER SOBRE A REPRESSÃO:**

**A POLÍCIA POLÍTICA DE VARGAS INVESTIGANDO A
UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES EM 1943**

Bacharelado em História

Rio de Janeiro

2019

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Tadeu Alencar de Azevedo Sant'ana Lemos

**O QUE TODO ESTUDANTE DEVE SABER SOBRE A REPRESSÃO:
A POLÍCIA POLÍTICA DE VARGAS INVESTIGANDO A UNIÃO NACIONAL DOS
ESTUDANTES EM 1943**

Monografia apresentada ao Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em História.

Orientador: Prof. Fernando Luiz Vale Castro

Rio de Janeiro

2019

Marielle Franco: Presente!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer aos meus familiares. Sempre tive o privilégio de tê-los por perto em minha vida e fico feliz em ter a oportunidade de retribuir todo o incentivo, o carinho e a tranquilidade que me proporcionaram para terminar meus estudos. Tios, primos e avós dessa grande família, sintam-se todos abraçados.

Ao meu pai, Marcelo Lemos, maior historiador/geógrafo que já conheci, por me ensinar a paixão pelo magistério e pela história dos que lutam por um mundo melhor.

À minha mãe, Isabel Cristina, meu maior exemplo de trabalho, dedicação e afeto, por nunca ter deixado faltar nada e por ter revisado, não só essa monografia, mas todas as minhas atitudes nessa vida.

À minha irmã, Julia Lemos, a mulher mais forte que conheço, por ser minha inspiração no quesito vontade e perseverança. Ao meu irmão, Cláudio, pelo carinho e por ser essa pessoa em quem sempre posso confiar.

Ao meu orientador, Fernando Castro, pela amizade, pelo apoio aos nossos projetos e pelas belas palavras de incentivo. Aos professores e servidores que contribuíram para minha formação acadêmica e a todos os trabalhadores do IH e do IFCS. Agradeço a todos que, de alguma forma, estiveram presentes durante esse período na UFRJ.

A Simone Martins, pela ajuda com a revisão textual, formatação e pelo carinho.

Aos meus companheiros de luta do Centro Acadêmico Manuel Maurício de Albuquerque e do Diretório Central dos Estudantes da UFRJ – Mário Prata, sempre em defesa de universidade pública, gratuita e popular. E, claro, a todos os que tiveram a paciência de ouvir os informes de sala em sala do movimento estudantil durante esses anos.

E quero agradecer a mulher que me deu o maior presente que já recebi em toda minha vida. Camila Souza, mãe do meu filho Bento e da pequena Maria Flor, minha enteada que tanto amo. Obrigado por ser minha companheira e estar comigo sempre. Nada disso seria possível, e sequer faria sentido, se não pudesse compartilhar os momentos mais felizes com vocês. Obrigado pelo incentivo, pelo carinho, pela amizade e cumplicidade. Por ser essa mulher incrível que tanto admiro, amo e que todo dia me faz lembrar por que estou completamente apaixonado.

RESUMO

Esta monografia apresenta um estudo sobre a União Nacional dos Estudantes, entidade representativa dos estudantes do Brasil, e sobre como suas atividades foram monitoradas pela polícia política do Estado Novo, no ano de 1943. Para isso, além da bibliografia de referência sobre o movimento estudantil e sobre o governo Vargas e sua polícia política, são analisadas as informações contidas em um relatório anual da Delegacia Especial de Segurança Política e Social do Distrito Federal, que acompanhou toda a atividade dos movimentos sociais no ano em questão.

SUMÁRIO

Introdução	7
Capítulo I. A União Nacional dos Estudantes	11
Capítulo II. O Estado Novo e sua polícia política	21
Capítulo III. A UNE sob atenta vigilância	31
Considerações finais	53
Referências bibliográficas	56
Anexos	59

Introdução

A história dos movimentos sociais e de suas lutas políticas sempre contou com a força e a disposição dos jovens para levar adiante suas bandeiras. Mais do que isso, a juventude em si é um tempo privilegiado da vida de muitos indivíduos para exercer atividades políticas. Privilegiado, por ser o período em que, geralmente, o amadurecimento físico e psicológico de uma pessoa chega a seu ápice. E, em muitas sociedades, isso significa um momento em que questionamentos e contradições se manifestam e, muitas vezes, não encontram barreiras para se transformarem em ações práticas e contundentes. Não há dúvidas, portanto, quanto à importância da participação dos jovens nos eventos onde ocorrem radicais mudanças e transformações nas sociedades ao longo do tempo.

Estudar as ações políticas de jovens e suas intervenções sempre foi um tema que me fascinou. A proposta deste trabalho monográfico é, justamente, trazer uma contribuição para os estudos sobre uma das mais importantes organizações de jovens na história do Brasil, a União Nacional dos Estudantes (UNE).

A UNE é uma entidade nacional que surgiu com o intuito de representar o segmento estudantil de nível superior brasileiro. Porém, desde que foi criada, no final da década de 1930, inserida no contexto do Estado Novo Vargas e alvo de suas intenções corporativistas, sua relevância diversas vezes extrapolou o segmento que representa. Muitos são os casos em que a entidade se colocou no cenário nacional, debatendo temas amplos e intervindo nos rumos dos acontecimentos da vida política de nosso país. Além disso, a UNE formou, e até hoje forma, inúmeras personalidades da política institucional brasileira.

Muitos também são os trabalhos que contam as histórias da UNE e de suas campanhas. A luta pela nacionalização do petróleo no Brasil, os enfrentamentos contra a ditadura militar de 1964 e as inúmeras greves e manifestações realizadas pela entidade em defesa da educação e dos estudantes estão guardadas por excelentes trabalhos de pesquisa e resgate de sua memória. Entretanto, em sua maioria, os trabalhos acadêmicos sobre a UNE dão ênfase às ações da entidade durante o período de perseguição e ilegalidade impostas pela ditadura militar. O período analisado por esta monografia é anterior aos “anos de chumbo”. Antes mesmo

de enfrentar a violência e a perseguição do regime militar de 1964, a UNE já havia se deparado com outro governo autoritário. Ela é, na verdade, fruto do ambiente político e social de tal governo. Compreender a história da UNE é compreender, também, o contexto de sua criação em meio ao governo de Getúlio Vargas e o Estado Novo, mas a fundação da UNE, de maneira alguma, pode ser resumida somente aos interesses do varguismo em ter uma organização de juventude que fosse patriótica e estivesse sob sua tutela.

A origem da UNE remete à entidade onde ela teria sido gestada, de nome Casa do Estudante do Brasil, e aos interesses políticos da juventude do Partido Comunista Brasileiro, o PCB, em construir uma entidade ampla e de massas entre os jovens. É da combinação de todos esses fatores listados que surge a União Nacional dos Estudantes. Os debates sobre a fundação da UNE já estão muito bem sistematizados e fundamentados, em livros como os de Poerner¹, Araújo² e, principalmente, Müller³. Não são, portanto, os anos iniciais da relação do governo Vargas e da UNE o foco deste trabalho.

A proposta desta monografia é estudar as ações da UNE e o seu VI Congresso, no ano de 1943, momento logo após sua fundação e que representa a consolidação da UNE enquanto uma entidade capaz de produzir políticas de massa. Tal escolha se deu por dois motivos. O primeiro foi a procura por um período da história da entidade que ainda não tenha sido suficientemente aprofundado pelos trabalhos e pesquisas já existentes. O segundo foi buscar uma fonte que acrescentasse novas linhas de narrativas e interpretações, proporcionando um trabalho que fosse além do debate bibliográfico, mesmo que não haja, nesse caso, a obrigação de um ineditismo no tema da pesquisa.

Ainda assim, acredito estar trabalhando com uma fonte inédita, ou quem sabe pouco conhecida dos autores que estudaram a União Nacional dos Estudantes, pois não aparece citada nos trabalhos aqui referenciados. A fonte, por sua vez, principalmente por ser de caráter distinto das que comumente são utilizadas para se

¹ POERNER, Artur José. *O poder jovem*. 4ª edição. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995.

² ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. 1ª edição. Rio de Janeiro; Relume Dumará; Fundação Roberto Marinho, 2007.

³ MÜLLER, Angélica. *Entre o estado e a sociedade: a política de juventude de Vargas e a fundação e atuação da UNE durante o Estado Novo*. Dissertação (Mestrado em História Política) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2005.

estudar o tema, exige uma contextualização e um tratamento diferenciado. Trata-se de um relatório anual da Delegacia Especial de Polícia Social do Distrito Federal, que acompanhou toda a atividade política dos movimentos sociais, monitorando as atividades da UNE em 1943. Ou seja, um documento de circulação interna e integrante da rotina e da burocracia das forças repressivas estadonovistas. Sua linguagem está entranhada da carga político ideológica do momento em que foi produzida e sua circulação foi extremamente restrita. O relatório encontra-se disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro⁴ e faz parte do acervo das polícias políticas.

O objetivo, portanto, é identificar, no conjunto de relações estabelecidas entre os diretores da União Nacional dos Estudantes e os representantes do Estado Novo, as diferentes variações de relacionamento entre as instituições oficiais (e seus agentes) e a entidade, que, dentro de um complexo e contraditório cenário político do governo Vargas, variavam de um extremo interesse e reconhecimento até a ações de vigilância constante e de repressão focadas, principalmente, nos estudantes considerados subversivos.

A UNE não gozava de reconhecimento somente entre ministros e secretários do governo, ela chamou a atenção, e muito, da Delegacia de Polícia Social, mas por outros motivos. O monitoramento da entidade era nitidamente maior do que de outros agrupamentos políticos, tendo a própria polícia admitido que se tratava de um acompanhamento diferenciado, como veremos adiante. O potencial de mobilização da entidade e a sua capacidade de obter a empatia do conjunto da população eram o que mais preocupava a polícia social, pois não estariam interessados em ter a UNE como uma força de oposição ao governo.

Dentro da UNE, por sua vez, os estudantes se dividiam quanto a que tipo de relação deveriam estabelecer com o governo. O momento político internacional exigia de todos uma aliança contra as forças nazi-fascistas, após a entrada do Brasil na guerra, em 1942. Em consequência, até mesmo os comunistas dentro da entidade, postos em ilegalidade alguns anos antes pelo próprio Vargas, em determinadas situações, estariam lado a lado do presidente.

Se, no debate internacional, a atuação estudantil foi de apoio às forças armadas brasileiras e de campanhas para a entrada do Brasil na guerra, na política nacional o foco das ações da UNE, durante o período estudado, foi o combate à versão brasileira

⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DESPS, 868.

do fascismo, com denúncias das atividades dos integralistas, principalmente nos cursos e faculdades.

Portanto, no primeiro capítulo desta monografia, pretendo tecer avaliações sobre as principais referências bibliográficas que têm, na UNE, seu objeto de estudos. As caracterizações da entidade, sua história e memória, além de parte do acervo e fontes existentes sobre a entidade serão utilizadas para construir uma visão geral da UNE, mas principalmente do período escolhido para ser estudado neste trabalho.

No segundo capítulo, as principais características do governo Vargas serão abordadas, juntamente com o modo de operação da sua polícia social, para que possamos contextualizar o cenário político e social em que o relatório foi elaborado.

Ao final, no terceiro e último capítulo, após uma reflexão metodológica sobre o uso de fontes oriundas de acervos policiais, analisaremos o relatório em si, composto por mais de 60 páginas dedicadas exclusivamente à UNE. As citações do relatório utilizadas neste trabalho foram transcritas com as devidas atualizações ortográficas, de acordo com a norma vigente, para facilitar sua leitura.

Capítulo I. A União Nacional dos Estudantes

O conjunto das obras sobre o movimento estudantil no período Vargas, analisadas no presente capítulo, possibilita um interessante quadro sobre a história política da UNE e da participação dos estudantes no cenário nacional, bem como quais eram suas opiniões e ações em relação ao governo e às políticas do Estado Novo. Uma leitura dessa bibliografia nos permite perceber as diferentes avaliações que eram feitas no movimento estudantil internamente, como essas posições dialogavam entre si e como reagiam às políticas oficiais e tentativas de cooptação do governo.

Ainda que afirmasse a sua autonomia política, desde sua criação, a UNE era obrigada – e em muitas ocasiões assim desejou - a manter uma relação oficial com as autoridades do governo e, principalmente, com o Ministério da Educação. A fundação da entidade se fez com a presença do ministro Gustavo Capanema e todas as suas atividades oficiais (encontros, eventos, congressos etc.) tinham a chancela e o financiamento governamental.

A complexidade, a contradição ou a ambiguidade são termos comumente usados pelos autores que pesquisam o período para descrever as relações entre a UNE e o Estado Novo. Ainda que na entidade estudantil houvesse uma diversa composição de posicionamentos a respeito de Vargas, de fato, era necessário buscar o reconhecimento do Estado para que ela pudesse se estabelecer como a representante oficial dos estudantes. Ao mesmo tempo, isso permitia ao governo tentar interferir e controlar suas decisões. As divergências e convergências da UNE com o governo durante o Estado Novo não vão, portanto, seguir um caminho linear, ou de fácil leitura. A história da fundação da UNE e de seus primeiros anos de atividades deve ser entendida nesse contexto de tensão entre a defesa da autonomia política e a necessidade de “tutela” por parte do Estado.

Nessa primeira fase, seguindo a divisão proposta por Poerner⁵, entre 1937 e 1942, nos seus primeiros anos de consolidação, a entidade precisou se firmar enquanto uma entidade política, resistindo diante de propostas para que ela cumprisse um papel meramente recreativo. Após o Segundo Encontro Nacional dos Estudantes,

⁵ POERNER, *op. cit.*, p. 146-147.

em abril de 1938, a UNE elege sua primeira diretoria e reivindica o status de entidade oficial de representação dos estudantes brasileiros, se afastando da Casa do Estudante do Brasil, instituição de caráter mais assistencialista, criada em 1929, que participou dos primeiros esforços de convocação dos Encontros Nacionais que fundaram a UNE. Essa fase, portanto, compreende o momento imediatamente anterior ao ano de 1943 e ao VI Congresso da entidade. É na obra de Poerner que será possível encontrar uma narrativa cronológica da história da UNE, seguindo, principalmente, a referência dos diretores e encontros da entidade.

Em um trabalho mais recente, para entender esse momento de consolidação da entidade como a principal representante dos estudantes universitários em nível nacional, Angélica Müller, em sua dissertação de mestrado, mostra como a UNE se colocou como um contraponto à política oficial idealizada pelo governo para a juventude e a intenção do Ministério da Educação de criar a Juventude Brasileira – de inspiração fascista e com o objetivo de reverenciar a figura de Getúlio e de símbolos patrióticos.

Essa política acaba por não vingar, em parte pela forte oposição que recebe dos diretores da UNE à tentativa de instalar a sede da Juventude Brasileira no mesmo local em que a entidade estudantil já ocupava. Nas palavras de Müller: “a entidade estudantil nasceu como um contraponto, mas acabou preenchendo uma lacuna na política de juventude estadonovista. O espaço e a importância abonada pelo governo atestam a tese”.⁶ Mas, como veremos adiante, sem que com isso o mesmo governo deixasse de lançar mão de uma forte e constante vigilância das ações dos seus integrantes.

Com a maior parte das organizações políticas fechadas ou na clandestinidade, a UNE passa a configurar, segundo Müller, como um “escoadouro” dos ideais de partidos e organizações que não tinham espaço no cenário político oficial de Vargas. Comunistas do PCB e liberais, alinhados politicamente com o que viria a ser a UDN⁷ em 1945, vão ter nesse período, da primeira metade da década de 1940, uma atuante participação na entidade e influenciarão sua relação com o governo. Somado a eles, um conjunto de estudantes entusiastas das ações do presidente compunha um quadro diverso dentro do movimento estudantil.

⁶ MÜLLER, *op. cit.*, p. 122-123.

⁷ União Democrática Nacional.

Foi por meio da UNE e das demais entidades estudantis que a orbitavam que grande parte da pauta antifascista mobilizou a sociedade em defesa da luta contra o Eixo. Poucos anos após sua fundação, portanto, a UNE crescia e se consolidava como um importante representante da sociedade civil, aproveitando-se também do prestígio da imagem dos estudantes universitários na sociedade.

E justamente por isso, a vigilância constante da polícia social de Vargas vai monitorar a entidade estudantil de muito perto, principalmente para acompanhar as possíveis atividades de estudantes considerados subversivos em seus espaços. Ainda assim, as posições da UNE infladas de patriotismo, durante o período da campanha brasileira na Segunda Guerra Mundial, despertavam admiração por parte das autoridades policiais, que chegaram a fazer declarações públicas parabenizando as ações da UNE em apoio ao exército brasileiro.

Se a defesa dos estudantes, da pátria e a luta contra o nazifacismo eram de comum acordo entre todos os grupos estudantis da entidade, a opinião sobre Vargas estava longe de ser um consenso. Apesar de Poerner insistir em caracterizar que, após o encerramento da disputa por sua sede no bairro do Flamengo (fruto da ocupação do Clube Germânia) até o final da guerra, mesmo com episódios de enfrentamento, houve uma “trégua”⁸ entre a UNE e o Estado Novo, é possível olhar para o período de outra forma.

Mesmo que a defesa da pátria, na conjuntura de uma guerra mundial, demandasse amplo apoio às ações do governo na luta contra o Eixo, acredito que havia, dentro da UNE, pelo menos três formulações distintas sobre como se comportar diante do varguismo.

Muitos se pautavam pela defesa da figura de Getúlio Vargas. Outra formulação, orientada pelo PCB e sua tese de frente ampla contra o facismo, acreditava na necessidade de uma aliança tática com o governo. E, pelo menos mais outra, defendida pelos estudantes liberais paulistas, entendia que a entrada do Brasil na guerra acentuava as contradições do Estado Novo e, por isso, a defesa da democracia e do combate ao fascismo acabava por ajudar a combater a ditadura Vargas por tabela. Essa três formulações dialogavam nos debates travados na entidade e permitiam à UNE ter posições que variavam da exaltação de ações específicas do governo até mesmo a duras críticas contra Vargas ou contra componentes de seu

⁸ POERNER, *op. cit.*, p. 163-165.

governo declaradamente alinhados com o fascismo.

São conhecidos diversos episódios de enfrentamento dos estudantes com o governo Vargas. Os mais violentos ocorreram em 1943, em São Paulo, e em 1945, em Pernambuco, onde a repressão policial vitimou dois estudantes. Em paralelo a esse enfrentamento, também se mantinha uma relação contínua de negociações que estabeleciam uma dinâmica de influências entre os estudantes e as mais variadas instâncias de governo. Ao próprio presidente da República, diversas vezes se fizeram solicitações diretas, inclusive para intervir contra as prisões de estudantes em protestos.

Da parte dos estudantes é possível, portanto, elencar um conjunto de ações que demonstram que a relação com o governo estava longe de ser consensual. As crises presenciadas, nesse período, podem ser lidas, não como episódios isolados dentro de um contexto de trégua, e sim como parte integrante dessa complexa dinâmica interna da UNE, que estava sujeita tanto às tensões internas dos grupos estudantis – inclusive com pressões externas de grupos estudantis latinoamericanos⁹ – como aos mecanismos de repressão e cooptação do Estado Novo. Nas palavras de Irum Sant’ana, jovem comunista do PCB à época da fundação da entidade, “naquele tempo, havia uma ambiguidade muito grande. Mordia-se e soprava-se. No Estado Novo, aconteceu muito disso”.¹⁰

Nas pesquisas até aqui realizadas, encontramos um conjunto de narrativas dos eventos que estão inseridos nessa história política da relação entre UNE e Estado Novo. Voltando ao livro de Artur José Poerner, *O poder jovem*, sobre a história da participação política dos estudantes brasileiros, que dedica a maior parte das suas páginas à história da UNE, encontramos, no sétimo capítulo, intitulado “A UNE no combate ao Eixo e ao Estado Novo”, relatos das campanhas da UNE contra o fascismo e pela entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados, descrevendo os esforços para a realização da que seria a primeira grande manifestação de rua organizada pelos estudantes.

As lacunas e até mesmo algumas imprecisões do livro sobre esse período podem ser preenchidas pelo trabalho de Angélica Müller, que realizou mestrado e doutorado sobre a história e a memória da UNE, inclusive coordenando o projeto

⁹MÜLLER, *op. cit.*, p. 97-100.

¹⁰ARAÚJO, *op. cit.*, p. 40.

Memórias do Movimento Estudantil, fonte de diversos trabalhos sobre a entidade.

Outra contribuição, que reforça a ideia de complexidade nos posicionamentos da entidade, vem da dissertação de mestrado de André Luiz Rodrigues de Rossi Mattos. O autor analisa as estratégias adotadas pela entidade nas suas mobilizações de massa. Apesar de estudar um período posterior ao varguismo, Mattos fala sobre a diversidade dos movimentos políticos internos da entidade e mostra como o fato de a UNE se tornar a legítima representante do corpo estudantil produz uma dinâmica própria de funcionamento. Para o autor, a UNE:

(...) Como entidade que se assumiu e foi reconhecida como representante de todos os universitários brasileiros, teve de resguardar em seu repertório espaços para a coexistência tanto das múltiplas demandas que existiram entre os militantes que ocuparam as suas diretorias, quanto dos repertórios que existiram nas entidades estudantis regionais e nas forças políticas que, mesmo desalojadas das direções, mantiveram expressão no interior do movimento, assim como diferentes experiências associativas e políticas que se organizaram no interior das instituições de ensino e com as quais, como entidade representativa, a UNE teve de se solidarizar ou combater.¹¹

Já a obra de Luiz Antônio Cunha sobre a constituição da universidade no Brasil, composta de três livros, mas, principalmente, os intitulados *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*¹² e *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*¹³, permite visualizar o cenário no qual esses atores políticos da UNE atuam, onde a reformulação do ensino superior tem grande importância no processo de industrialização e modernização dos anos 1930 – o que aumenta ainda mais a relevância da entidade para os projetos do governo estadonovista. Ainda nesse tema, as políticas públicas para educação e para a juventude do período são analisadas pela autora Helena Bomeny, no texto *Três Decretos e um Ministério*.¹⁴

Para Cunha, a criação da UNE em 1938 significou “um novo projeto educacional, voltado para o ensino superior e contraditório ao da política educacional

¹¹ MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. *Radicalismo de esquerda e anticomunismo radical: a União Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964*. Dissertação (mestrado em História), 2013. Universidade Estadual Paulista. p. 18.

¹² CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. 3ª. edição. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

¹³ CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. 3ª. edição. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

¹⁴ BOMENY, Helena Maria Bousquet. *Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo*. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV. 1999.

autoritária”.¹⁵ Política essa que vinha, desde 1931, com a criação do Estatuto das Universidades Brasileiras, idealizado por Francisco Campos e implementado por meio de um decreto-lei do governo provisório. Tal estatuto restringia a autonomia didática e administrativa das universidades, organizava o corpo docente através de professores catedráticos, auxiliares de ensino e docentes livres; além de organizar a comunidade acadêmica por critérios corporativos, com diretórios de professores e estudantes.

A reforma implementada em 1931 excluiu, inclusive, a necessidade do Estado Novo de reformar a estrutura do Ensino Superior, que continuou orientada pelo Estatuto das Universidades. As reformas educacionais do período foram focadas no ensino primário e médio.¹⁶ Mas o surgimento da UNE, contemporâneo à conformação do Estado Novo, se colocava contrário a esse modelo de universidade e de educação vigente, pois:

(..) defendia a universidade aberta a todos; a diminuição das ‘elevadíssimas e proibitivas’ taxas de exame e de matrícula, as quais fariam a seleção pelo nível de renda e não pelas ‘capacidades comprovadas cientificamente’; a vigência nas universidades do ‘exercício das liberdades de pensamento, de cátedra, de imprensa, de crítica e de tribuna’; o rompimento da dependência da universidade diante do Estado, propondo a eleição do reitor e dos diretores das escolas pelos corpos docente e discente, representados no conselho universitário; a livre associação dos estudantes dentro da universidade, com a representação paritária nos conselhos universitário e técnico-administrativo; a elaboração dos currículos por comissões de professores especializados e representantes estudantis; o aproveitamento dos “estudantes mais capazes” em cargos de monitores e estagiários, a serem criados.¹⁷

Ou seja, se, por um lado, a lógica corporativista do governo Vargas desejava a criação de associações estudantis para que pudessem difundir os ideais nacionalistas e patrióticos do Estado Novo, a criação da UNE, por outro, trouxe uma orientação política e uma defesa de modelo de universidade, em oposição direta aos modelos formulados pela política educacional estadonovista. Ainda segundo Cunha: “A UNE nasceu com a elaboração de uma nova política educacional, na mesma linha dos educadores liberais igualitaristas, então silenciados, mas defendendo posições muito mais radicais do que as sonhadas por eles”.

Vale ressaltar que, ao estudar o ensino superior no Estado Novo, mesmo ele

¹⁵ CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. 3ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2007. p. 284.

¹⁶ *Ibid.*, p. 277.

¹⁷ *Ibid.*, p. 288.

estando em tímida expansão no período (2,4% ao ano, em média, entre os anos de 1932 e 1945)¹⁸, o número de estudantes das escolas superiores no Brasil ainda era muito restrito. Em 1943, ano do VI Congresso Estudantil da UNE, eram 24.344 estudantes, em sua maioria dos cursos de Direito (5.829) e Medicina (5.697).

Nos livros de Maria Paula Araújo¹⁹ e Maria de Lourdes de A. Fávero²⁰, é possível extrair contribuições conceituais a respeito do movimento estudantil. Fávero se baseia em grande parte em Poerner, para escrever um resumo da história da entidade, antes de falar sobre o assunto principal de seu livro – a UNE pós golpe de 1964. Uma interessante contribuição que a autora oferece diz respeito ao caráter constitutivo dos estudantes e do movimento estudantil:

Não podemos esquecer que os estudantes constituem um grupo bastante eclético e contraditório. Eclético por sua composição não ser homogênea, principalmente em se tratando de estudantes do nível médio e superior: seus componentes, oriundos de distintas camadas sociais, defendem interesses comuns ou divergentes; contraditório exatamente por apresentar, em diferentes momentos, orientações e posições elitistas de um lado, e comprometidas com interesses e necessidades da sociedade, de outros.²¹

E acrescenta: “os estudantes não constituem uma classe social, mas uma categoria social composta por frações de classes; somente dessa forma podemos entendê-los.” Para Fávero, essa união de estudantes de diferentes classes ocorreu em momentos históricos datados e dentro de “um contexto mais amplo de transformações, quando do confronto de forças renovadoras e progressistas com forças conservadoras da sociedade”. Dessa maneira, a análise sobre as ações do movimento estudantil ultrapassa a simples narrativa das disputas políticas, possibilitando um olhar mais contextualizado e conectado às disputas sociais e não somente aos interesses individuais.

Já o livro de Maria Paula Araújo trabalha com a perspectiva da história oral, trazendo relatos de ex-presidentes e diretores da entidade. Em sua apresentação, também caracterizando o movimento estudantil, a autora afirma que, em países que enfrentam o autoritarismo, os estudantes “desempenham um papel capital: lutam,

¹⁸ CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. 3ª. edição. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

¹⁹ ARAÚJO, *op. cit.*

²⁰ FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

²¹ *Ibid.*, p. 24.

denunciam, realizam passeatas, distribuem periódicos, enfrentam tropas policiais e até pegam em armas”. Seriam eles, muitas vezes, o “último reduto de coragem e indignação”, característica difícil de explicar, mas que, segundo a autora, poderia estar ligada ao que ela chama de “estatuto particular da juventude”, onde o jovem – de maneira geral:

É aquele que não tem mais os limites da infância dados pela família e pela escola, e ainda não tem os compromissos e restrições do adulto inserido no mercado de trabalho e na dinâmica social vigente. Essa situação particular confere ao jovem uma disponibilidade e uma generosidade especiais – muitas vezes difíceis de serem encontradas nos adultos. Historicamente, tal situação tem produzido ações radicais, corajosas, voluntaristas – para o bem e para o mal.²²

Talvez esse estatuto idealizado por Araújo não possa ser utilizado para descrever toda e qualquer juventude pelo mundo, por serem múltiplas as formas de se enxergar a juventude em diversas culturas e por suas condições materiais e seus papéis sociais também se diferenciarem até mesmo dentro de uma mesma sociedade. Ainda assim, combinando as duas proposições sobre a constituição social e política dos jovens e dos estudantes apresentadas pelas autoras, podemos ter um interessante instrumento analítico para o estudo do movimento estudantil no Brasil.

Antes de concluir, a partir da contribuição dos autores aqui citados, as considerações necessárias para uma compreensão da complexa relação entre a UNE e o Estado Novo, é preciso resumir os eventos entre os anos de 1942 e 1943, que serão alvo de boa parte da investigação da DESPS²³ e que foram inclusos em seu relatório, analisado no terceiro capítulo.

Esse espaço de tempo representa um momento de transição da direção política da UNE entre o V e VI Congresso Nacional da entidade. Nesse intervalo, a UNE ocupou e conquistou sua sede no Flamengo, organizou as passeatas pela entrada do Brasil na guerra, organizou campanhas de alistamento e doação de sangue para o exército brasileiro, viu seu presidente renunciar ao cargo como forma de protesto contra as ações do ministro Gustavo Capanema e às pressões oriundas da criação da Juventude Brasileira e teve que lidar com a crise envolvendo os estudantes de direito da Universidade de São Paulo (USP). Esses, os maiores opositores do governo

²² ARAÚJO, *op. cit.*, p. 17.

²³ Delegacia Especial de Segurança Política e Social.

dentro da UNE, ganharam espaço dentro da entidade, ao longo do ano de 1943, com a realização de greves e atos contra a nomeação do professor Miguel Reale para a cadeira de filosofia do direito. Reale era acusado pelos estudantes de ser um integralista. Os protestos também se voltavam contra a indicação do título de doutor *honoris causa* para Getúlio Vargas.

O presidente eleito no VI Congresso Nacional de Estudantes, Hélio Mota, chegou a ser detido pela polícia, no dia 31 de outubro, imediatamente após dizer no evento do Centro Acadêmico no Baile das Américas: “Música, Maestro, abaixo o Estado Novo”.²⁴ A crise teve seu ápice no dia 9 de novembro, quando, em ato do Centro Acadêmico XI de Agosto, o estudante Jaime da Silva Teles foi morto a tiros pela repressão policial.

As informações sobre esses eventos podem ser obtidas através da leitura da bibliografia citada e baseada nas diversas fontes analisadas pelos pesquisadores – edições de jornais disponíveis na Biblioteca Nacional, documentos do Ministério da Educação e da UNE, além de cartas pessoais do ministro Capanema, presentes no acervo do CPDOC/FGV. O livro de John W. F. Dulles, por exemplo, é uma peça fundamental para conhecer os episódios de confronto entre os estudantes da faculdade de direito de São Paulo e o governo Vargas.²⁵

Porém, no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, os mesmos eventos estão descritos e sistematizados no relatório anual da polícia civil do Distrito Federal, de 1943, que registra toda a atividade política e social das associações, sindicatos e entidades da sociedade civil que seriam de interesse da seção de segurança social daquele departamento.

No documento de mais de 300 páginas, onde são listadas dezenas de entidades e atividades de militantes da esquerda e, principalmente, do Partido Comunista, além das ações realizadas por grupos integralistas, a União Nacional dos Estudantes está presente, em mais de 60 delas. Tamanha atenção só é dedicada a três organizações: à UNE, à Liga de Defesa Nacional e ao Movimento Comunista no Brasil (PCB) – tendo a UNE e seu VI Congresso o maior destaque. É possível, portanto, utilizar esse documento da polícia social de Vargas para se aproximar dos interesses que orientam as investigações e ações da face mais autoritária do Estado

²⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *op. cit.*, p. 101.

²⁵ DULLES, John W. F. *A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas (1938-1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: EDUSP, 1984. (Coleção Brasil do Século 20).

Novo, o seu aparato repressivo.

É essa nova possibilidade de trabalhar o tema do movimento estudantil brasileiro e de sua principal entidade, utilizando outras fontes e novas perspectivas, que me permite avançar nas pesquisas, para compreender como funcionava o já citado jogo de “morde e assopra” entre os estudantes e as instituições do Estado Novo.

Mas, antes da análise do relatório em si, é necessário um olhar atento sobre o outro lado. Compreender as principais características do Estado Novo e como funcionava sua polícia civil, além das ferramentas de coerção e cooptação utilizadas para o controle dos movimentos sociais e das ideologias consideradas subversivas.

Capítulo II. O Estado Novo e sua polícia política

Antes de dar início à análise do relatório que compreende este trabalho monográfico, devemos caracterizar o Estado Novo, lançando mão de conceitos essenciais ao entendimento das suas políticas de governo e do funcionamento da sua estrutura burocrática, em especial, seu aparato repressivo. Pretendo aqui, novamente através de referências bibliográficas, construir um entendimento básico sobre como o varguismo estadonovista orientava sua política econômica, sua forma de governar, de se posicionar nas questões internacionais e como, especialmente, atuava nas áreas da segurança.

O Estado Novo foi, portanto, um governo autoritário, centralizador e corporativo, nascido da intensificação das mudanças que já vinham sendo implementadas por Vargas desde que assumiu o poder em 1930, mas principalmente seu momento de maior descompromisso com as liberdades individuais e a pluralidade de pensamento. O forte discurso nacionalista moldava o aspecto ideológico do varguismo. Mesmo exitante entre referenciais liberais e nazi-fascistas, com a presença de representantes dessas distintas vertentes ideológicas compondo um mesmo governo, ele tinha no anticomunismo e no discurso construído do “terror vermelho”, um salvaguarda para justificar suas ações de perseguição política.

Para Boris Fausto, a escolha por esse caminho antidemocrático na década de 1930 tem relação direta com a crise do liberalismo em nível mundial:

Na passagem dos anos 20 para a década de 30, há um fator crucial que empurra o Brasil para o caminho autoritário, ou seja, a crise mundial aberta em 1929. Por seu impacto, a crise desmonta uma série de pressupostos do capitalismo liberal, que já não era tão liberal, e fornece uma boa justificativa, no plano político, para a crítica à liberdade de expressão, para a crítica ao dissenso, expresso na liberdade partidária, tidos como elementos que conduziram o país à desordem e ao caos.²⁶

Seguindo o mesmo raciocínio, Marcos Tarcísio Florindo discorre sobre como as mudanças do cenário político nacional, oriundas da crise, e o subsequente processo de modernização e industrialização iniciado na década de 1930 também contribuíram

²⁶ FAUSTO, Boris. O Estado Novo no contexto internacional. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 19.

para a organização de uma burocracia dentro do governo disposta a controlar as sociabilidades, principalmente as relacionadas à classe trabalhadora:

A crise mundial do mercado e da correspondente divisão internacional do trabalho amplificou o esgotamento do antigo sistema político local, calcado na preponderância das elites agroexportadoras do café (...). No esteio da intensificação do processo de industrialização, cujo artífice principal era o próprio Estado, a sociedade urbana se remodelaria definitivamente. A modernização capitalista assentada em novos prumos requiritava a formação, pelo governo, de aparatos estatais burocratizados de intervenção política, econômica, social e cultural na sociedade.²⁷

Tal controle tinha relação direta com os interesses das classes dominantes brasileiras e as preocupações da influência dos movimentos operários. O autor segue afirmando:

A Era Vargas e o seu Estado reformado, arranjado como aparelho diretor do processo de modernização econômica, com sua burocracia ampliada e renovada sob os auspícios do poder executivo, confirmam o mote da ampliação do parque industrial como novidade do processo político. Em meio aos anseios das elites com as novas possibilidades de acumulação proporcionadas pela alavancagem da indústria, refazem-se os temores relativos à insubordinação dos extratos populares. O temor das greves e dos meetings, organizados pelos trabalhadores urbanos, repõem a demanda do estrito controle político da reivindicação trabalhista. Aceleração do processo de modernização exigiu o reforço dos instrumentos coercitivos do Estado. Inaugurou-se assim um autêntico processo de modernização controlada, na qual as alterações impostas pelas necessidades da conjuntura deviam estar conformadas a imperiosa necessidade da manutenção dos requisitos de poder dos grupos tradicionais. Desta feita, assim como na ordem deposta, a Era Vargas consolidou um sistema elitista de dominação.²⁸

O “estrito controle político da reivindicação trabalhista” será justamente o objetivo da criação dos sindicatos e demais associações corporativas sob tutela do Estado Novo. Como já citado no capítulo anterior é, justamente, na brecha criada pelo incentivo às associações da sociedade civil, em extrema consonância com a política oficial, e no espaço criado como um “escoadouro” das opiniões políticas, que destoavam das oficiais, que a UNE consegue alçar um status tão relevante no cenário político do varguismo.

A política de apoio à entrada do Brasil na guerra foi sua primeira grande aparição em temas fora do escopo das lutas estudantis. E a campanha incessante

²⁷ FLORINDO, Marcos Tarcísio. O Estado brasileiro e a repressão política na Era Vargas: montagem institucional do aparato de contenção e de controle da sociabilidade operária. *Revista de Estudos Brasileiros*, Salamanca, v. 2, n. 2, p. 36-47, mar. 2015. ISSN 2386-4540. p. 37.

²⁸ *Ibid.*, p. 37.

contra o integralismo no território nacional constrangeu, por diversas vezes, o governo nos eventos em que a UNE tinha oportunidade de realizar falas públicas.

Vale ressaltar que o ano de 1943, em que se narram os eventos do relatório, não representa o auge do Estado Novo, mas sim um momento de declínio e desarticulação do projeto estadonovista. Na ocasião, o Brasil não se encontrava mais em sua posição de neutralidade e o integralismo, eleito pela UNE como seu principal inimigo em território nacional, também não tinha mais a mesma força na sociedade brasileira e, muito menos, no governo. O ataque realizado por integralistas ao Palácio Guanabara, em 1938, os havia colocado, desde então, como a outra face da moeda subversiva. A partir desse episódio, comunismo e integralismo passaram a ser sinônimos de radicalismos que deveriam ser combatidos pelo governo em defesa do regime.

Foi o reposicionamento internacional do Brasil no contexto da guerra um dos responsáveis pelo enfraquecimento do Estado Novo. Segundo Dulce Pandolfi:

(...) a partir de 1942 teve início o processo de desarticulação do Estado Novo. Certamente o envolvimento do Brasil na II Guerra Mundial, aliando-se por razões de ordem econômica aos Estados Unidos e rompendo com a Alemanha nazista, contribuiu para o enfraquecimento do regime. Como justificar a manutenção da ditadura, se soldados brasileiros lutavam na Europa em prol da democracia?²⁹

E é justamente esse sentimento que inspira a criatividade dos estudantes paulistas a escreverem os versos em oposição a Vargas, declamados no meio do Baile das Américas, que levariam a uma escalada de violência e perseguição em São Paulo, no final do ano de 1943.

O Baile das Américas foi um evento realizado no Hotel Esplanada, na noite de 30 de outubro daquele ano, organizado pelo Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito de São Paulo. Após a manifestação política estudantil, a polícia deteve Hélio Mota, Arroba Martins e Germinal Feijó, estudantes de direito ativos na entidade, sendo Hélio Mota o seu presidente. Esses foram os versos declamados pelo estudante Lenício Pacheco Ferreira, segundo o livro de John W. F. Dulles, sobre os conflitos envolvendo a resistência anti Vargas na Faculdade de Direito de São Paulo:

Oh Valente Legionário

²⁹ PANDOLFI, Dulce. Introdução. In: _____. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 11.

Do corpo Expedicionário
Porque vais lutar a esmo
Se a luta cruenta e fria
É pela democracia.
Vamos travá-la aqui mesmo!³⁰

Cabe o registro da versão dos mesmos versos, agora descritos pelo relatório da Delegacia Especial de Polícia Social, com pequenas alterações:

Legionários do Brasil
Onde vais por aí combater a esmo
Numa luta sangrenta e fria
Se vais lutar pela Democracia
Porque não começar por aqui mesmo.³¹

Independentemente de qual foi a verdadeira versão declamada pelos estudantes no evento, o fato é que a crise gerada pelo episódio se arrastou até o início de novembro, culminando com um tiroteio onde policiais abriram fogo em direção à multidão, em 9 de novembro de 1943.³² A morte de um estudante, naquela que ficou conhecida como a “passeata do silêncio”, fez com que a opinião pública se colocasse contra a ação da Polícia Especial e o Secretário de Segurança de São Paulo, Coriolano de Góis, fosse demitido. Não foi a primeira vez que manifestações da UNE derrubaram cargos de chefia da segurança pública de Vargas. Um ano antes, Filinto Müller, apoiador declarado do Eixo, se envolveu em uma polêmica interna diante da tentativa de proibição de uma manifestação pró-Aliados, convocada pela entidade. O episódio custou a chefia de polícia do Distrito Federal, ocupada por Müller desde 1932.

Seguindo além das questões relacionadas ao contexto político econômico e ao posicionamento internacional do governo varguista, bem como as tensões e contradições presentes no contexto da Segunda Guerra, se fazem necessárias mais duas reflexões essenciais sobre o Estado Novo. A primeira diz respeito à construção ideológica da repressão, baseada no discurso do anticomunismo e do combate à ideias que se apresentassem como antipatrióticas. A segunda reflexão é a busca pelo entendimento da estrutura repressiva montada pelo varguismo e como atuava essa verdadeira burocracia policial.

Grande parte das ações de repressão do governo Vargas era justificada pela agenda anticomunista. E é sob orientação do discurso da existência de um verdadeiro

³⁰ DULLES, *op. cit.*, p. 250.

³¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DESPS, 868. p. 101.

³² Sobre esses eventos, ver DULLES, *op. cit.*, p. 249-281.

complô para implementar o comunismo no Brasil que Vargas montou seu aparato repressivo. Ele sabia, habilmente, como transformar o medo do “perigo vermelho” em propaganda para seus feitos. De acordo com João Henrique Botteri Negrão, em seu livro *Selvagens e incendiários: o discurso anticomunista do governo Vargas e as imagens da Guerra Civil Espanhola*:

Vargas aproveitava-se de todos os momentos de adversidades, como a Revolução Constitucionalista, a Constituição de 1934, a Intentona, o Plano Cohen e o golpe do Estado Novo, para, a cada momento que salientava o perigo da subversão, mostrar que existia nele próprio um lado conciliador e paternalista, e, ao mesmo tempo, canalizar em torno de si a figura de uma pessoa justa e que, afinal, sabia o que era bom para o povo e para a nação.³³

O governo utilizava sua polícia política e os demais órgãos oficiais, inclusive criando serviços de inteligência dentro até mesmo do Itamaraty (o Serviço de Estudos e Investigações), para garantir eficientes mecanismos de vigilância e de repressão.

Além disso, possuía grandes instrumentos de propaganda oficial, acrescidos do aparato das rádios e jornais alinhados com o discurso oficial, chegando a montar um espaço anticomunista na Exposição Nacional do Estado Novo, realizada de dezembro de 1938 a janeiro de 1939, inspirado e estruturado a partir do acervo da Alemanha nazista.³⁴ É no texto do catálogo dessa exposição que podemos observar, nitidamente, a relação entre o discurso da ameaça comunista e o incremento da repressão:

Os responsáveis pela revolta comunista foram condenados e muitos deles ainda estão cumprindo suas penas. No stand anti-comunista da Exposição do Estado Novo, o público pode ter uma idéia exata e sugestiva da ameaça que pesava sobre o povo brasileiro e que foi afastada pelo governo com o sacrifício de numerosos patriotas, hoje heróis da nacionalidade.³⁵

Em um de seus pontos o catálogo cita o esforço do governo Vargas em reestruturar as polícias e incrementar o aparato policial. Após descrever o aumento em diversos itens relacionados à segurança pública, como o número de papéis registrados no protocolo, intimações e capturas feitas pela polícia civil e exaltar a

³³ NEGRÃO, João Henrique Botteri. *Selvagens e incendiários: o discurso anticomunista do governo Vargas e as imagens da Guerra Civil Espanhola*. 1ª edição. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005. p. 180.

³⁴ *Ibid.* p. 189.

³⁵ CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO NACIONAL DO ESTADO NOVO. Disponível em: <<https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/sites/expo-virtual-cpdoc.fgv.br/files/documentos/981.082.3e96e-catalogo-da-exposicao-nacional-do-estado-novo.pdf>>. p. 57.

reforma realizada em 1933 na instituição, o documento afirma: “A Polícia Civil do Distrito Federal está, portanto, cada vez mais apta a difícil tarefa que lhe incumbe de reprimir a criminalidade”. Recebe destaque, também, a Polícia Especial, criada pelo “governo revolucionário” e que tem “papel valioso em casos de conflitos coletivos”.³⁶

Em seguida, o mesmo documento afirma que “no tocante à defesa das instituições nacionais, não se pode esquecer a atuação eficiente da propaganda dirigida pelo Estado” e desenvolve, assim, a partir daí, as iniciativas do governo relacionadas à propaganda do regime e à imprensa nacional, elogiando as ações do DPDC, órgão que antecedeu a criação do DIP.³⁷

Propaganda política e repressão são, portanto, os dois elementos fundamentais para a consolidação do Estado Novo. E a realização dessa consolidação:

(...) não estava somente centrada no Estado diretamente, enquanto Presidência da República, mas também em toda máquina oficial, por intermédios dos ministérios e órgãos de administração pública, como o Serviço de Publicidade Agrícola do Ministério da Agricultura, o Serviço de Publicidade do Dasp e o Serviço de Publicidade da Secretaria do Ministério da Educação, que, após a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), foram todos transformados em ‘serviços de documentação’.³⁸

A repressão, baseada no discurso do combate aos subversivos, buscava também consonância com o receio das elites brasileiras de ver crescer o comunismo no Brasil. Para Eliana Dutra:

(..) é preciso que se diga que o comunismo é eleito pelos vários setores dominantes da sociedade como a principal expressão da crise e da desordem, e nessa condição lhe será atribuída a responsabilidade de acionar a maioria dos elementos capazes de conflagar os princípios estruturantes da ordem.³⁹

A necessidade de apontar os causadores da desordem é, para a autora, uma oportunidade para criar, a partir do contraponto dessa desordem, a legitimação da ordem: “a figura do inimigo é, assim, essencial. Ela serve para fornecer ao povo a

³⁶ CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO NACIONAL DO ESTADO NOVO. Disponível em <<https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/sites/expo-virtual-cpdoc.fgv.br/files/documentos/981.082.3e96e-catalogo-da-exposicao-nacional-do-estado-novo.pdf>>. p. 56.

³⁷ Departamento de Propaganda e Difusão Cultural e Departamento de Imprensa e Propaganda.

³⁸ NEGRÃO, *op. cit.*, p. 184.

³⁹ DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997. p. 229.

consciência de sua unidade e, ao poder que conduz o combate, a legitimidade”.⁴⁰

Ou seja, o discurso anticomunista representou, para o Estado Novo, um essencial elemento de organização, legitimação e estruturação das suas ações de repressão, como veremos a seguir. Todas as ações investigativas relacionadas à UNE são, portanto, fruto desse ambiente de perseguição às atividades subversivas e o foco das investigações será, justamente, o acompanhamento dos elementos subversivos dentro da entidade, principalmente os associados ao Partido Comunista. Além disso, a lógica geral do Estado Novo era o controle e a tutela das atividades da sociedade civil e seus movimentos políticos. Nenhuma atividade política, portanto, escapava da mira das investigações da Polícia Especial de Vargas, nem mesmo as atividades sem qualquer tipo de suspeita.

A luta dos estudantes contra o integralismo e a defesa do Brasil combatendo na guerra ao lado dos aliados não era, em 1943, motivo de preocupação das investigações policiais, desde que as manifestações não se voltassem contra Vargas, como no já citado caso dos estudantes de direito da USP. Os investigadores viam tais movimentações como atos patrióticos, mas sabiam já do potencial de mobilização da entidade e estavam atentos à influência dos comunistas na UNE.

Veremos, mais adiante, como consta do relatório da DESPS, que, em meados de 1943, as autoridades policiais tinham trânsito em eventos da UNE, muitas vezes sendo convidadas pelos próprios estudantes, que viam de forma positiva a troca de comando na chefia da polícia civil do Distrito Federal. O sucessor de Filinto Müller, o coronel Alcides Gonçalves Etchgoyen era pró Aliados. E, justamente, o contexto da unidade contra o nazifascismo possibilitou colocar estudantes e Etchgoyen do mesmo lado. É o que mostra o relato da fala de improviso do próprio coronel, na sessão de abertura do VI Congresso da UNE. Etchgoyen teria exortado “os universitários ao cumprimento do dever para com o Brasil e reafirmou seu desejo de se encontrar à frente dos jovens em qualquer setor da guerra, contra os nossos inimigos nazistas”.⁴¹

O convite destas autoridades, entretanto, não significava um ambiente livre de intimidações ou repressões. No mesmo local de onde falava, enquanto convidado, o chefe da polícia civil, também estavam policiais sem a intenção de chamar atenção, tomando relato de todas as ações estudantis. Essa era prática da polícia civil

⁴⁰ *Ibid.*, p. 41.

⁴¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DESPS, 868. p. 68.

varguista, principalmente de sua Delegacia Especial.

A estrutura da polícia civil de Vargas, mas principalmente de suas Delegacias de Polícia Social, representava a modernização do autoritarismo. Segundo Florindo:

A modernização da polícia brasileira, ocorrida nas primeiras décadas do século passado, importou também na crescente demanda pela burocratização da instituição e sua conformação aos padrões modernos. Embora a carta constitucional republicana prefigurasse a igualdade jurídica, a renovação burocrática da organização policial e a absorção de novas técnicas de policiamento não procuraram, nas raias da atuação imparcial, tampouco na busca da aceitação popular, os denominadores institucionais avaliados como pertinentes para viabilizar sua atuação legítima no corpo social. Pelo contrário, coube à moderna polícia instrumentalizar a violência e o temor como forma de adequação das classes populares aos ritmos da modernização da sociedade, capitaneada pelo Estado.⁴²

Analisando o caso de São Paulo, o autor afirma que “o DEOPS/SP tornou-se célebre pela utilização de práticas violentas e extralegais de vigilância e de controle, no trato da questão social e da contenção aos movimentos políticos de caráter popular”.⁴³

Os departamentos ou delegacias da ordem social ou político social de Vargas passam a configurar, ainda segundo Floriano, como “pólo agregador da renovação institucional das políticas para a polícia”. A polícia política cumpria, portanto, papel central para a lógica da segurança pública, mas também para a estruturação do poder do governo:

A questão capital da orquestração de um novo conteúdo político para o controle do mundo do trabalho colocou a polícia política, desde cedo, no centro do quadro das referências do poder. Embora ao assumir a Presidência da República Getúlio já pudesse contar com aparelhos policiais de feição moderna, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro, principais cidades industriais, as quais contavam também com um irrequieto movimento operário (...), a política estatal de absorção controlada da questão social devia estar amparada pela generalização da vigilância policial, de tom despótico, e pela intensificação das práticas de profilaxia sociais dos indesejáveis.⁴⁴

A vigilância e a repressão dos movimentos sociais faziam, portanto, parte de uma cultura policial justificada pela “necessidade de responder à pressão das elites

⁴² FLORINDO, Marcos Tarcísio. A polícia política entre a inovação e a tradição: a modernização institucional do DEOPS/SP na Era Vargas. *Cadernos CEDEM*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 3, 21 dez. 2011. ISSN 2236-0247. p. 5.

⁴³ *Ibid.*, p. 6.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 5.

por uma sociedade livre dos indesejáveis”. Os procedimentos burocráticos adotados pelos policiais:

(...) ganharam status de metodologia no trabalho policial. Desta maneira formatou-se uma cultura policial calcada na arbitrariedade e na procura da debelação rápida dos casos, sem respeito às normas constitucionais. Os direitos individuais, nesse contexto, estavam subordinados à primazia do controle da ordem.⁴⁵

A reforma da polícia na década de 1930 trouxe a modernização baseada em preceitos científicos. O uso de novas técnicas e de outro modelo de funcionamento da instituição policial passou a ser o desejo incorporado ao discurso de vários oficiais. Parte das novas técnicas para o controle, principalmente, dos movimentos sociais e da criminalidade urbana eram, justamente, a observação pessoal e a infiltração, incorporando elementos da psicologia criminal. A formação policial passou a configurar, a partir de então, um processo institucionalizado, baseado em cursos e manuais elaborados exclusivamente com esse propósito.⁴⁶

Uma das referências da psicologia criminal, Ralph Morton afirma:

o perfeito agente de polícia deve estar sempre em contato com os agentes que ele é chamado a reprimir. Deve procurar-lhes a sociedade, conhecê-los pessoalmente, familiarizar-se com as suas idéias e as suas doutrinas, sobre as quais formará deduções psicológicas em matéria de pesquisa e de captura. Aquele que penetrar a alma dos criminosos, apreendendo as concepções desse mundo singular, conhece o inimigo e sabe dar-lhe combate: E a psicologia criminal, ciência fundamental para o agente de polícia.⁴⁷

Será possível observar, no próximo capítulo, justamente essa cultura policial da investigação, infiltração e vigilância em ação. Durante todo o ano de 1943, a UNE foi observada de perto por policiais e teve seu fórum máximo de decisão – o VI Congresso Nacional – devassado pelos investigadores atentos às movimentações internas da entidade.

Reunimos, neste segundo capítulo, aquelas que considero serem as

⁴⁵ *Ibid.*, p. 6.

⁴⁶ Ver CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Os domínios da experiência, da ciência e da lei: os manuais da polícia civil do Distrito Federal, 1930-1942. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 235-264, dez. 1998. ISSN 2178-1494.

⁴⁷ MORTON, Ralph. *As aptidões e exigências físicas na profissão de agente de polícia*. Apud CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Os domínios da experiência, da ciência e da lei: os manuais da polícia civil do Distrito Federal, 1930-1942. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, p. 250.

referências necessárias para o entendimento do contexto que possibilitou a elaboração do documento que iremos analisar. Seria impossível, em poucos linhas, dar conta da complexidade da Era Vargas e de todo seu debate historiográfico. Entretanto, acredito ter conseguido fazer os apontamentos necessários, no que diz respeito ao cenário político e econômico que legitimou o endurecimento do regime com o advento do Estado Novo; os discursos utilizados na tentativa de construção da legitimidade de sua repressão política; e a lógica de funcionamento da estrutura administrativa e burocrática dessa repressão.

Capítulo III. A UNE sob atenta vigilância

Nas pesquisas sobre a UNE citadas neste trabalho monográfico, observamos que a origem das fontes utilizadas diferem bastante da que iremos analisar. Em sua maioria, são depoimentos dos próprios estudantes que construíram a entidade ou notícias vinculadas nos principais jornais da época. Outra parcela dessas fontes são documentos oficiais ou até mesmo pessoais, de importantes autoridades do governo Vargas, como, por exemplo, seu ministro da educação, Gustavo Capanema.

Trazer para as discussões sobre os movimentos sociais e, principalmente, o movimento estudantil, fontes relacionadas aos seus alcos nos dá outra perspectiva sobre o tema. Mas, ao fazer isso, é preciso estar atento às questões metodológicas específicas para a pesquisa com arquivos da polícia política. O que não retira a importância em utilizar esse tipo de fonte. Como veremos adiante, por meio dos registros policiais, temos acesso à informações que vão além da atuação dos agentes da repressão política. Porém, ao pesquisar arquivos da polícia política, devemos ter o entendimento de que estamos diante de uma fonte que nos conta muito mais sobre o trabalho da instituição que a produziu, do que dos investigados por ela.

E de que instituição estamos falando? Apesar de o setor da polícia política do Rio de Janeiro ter origem na década de 1920, é durante a década de 1930 que foram criadas as estruturas organizacionais que permitiram a verdadeira especialização da prática investigativa com foco no acompanhamento constante de setores da sociedade civil:

Em 1933, instituiu-se a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), com a função única de polícia política, exercida principalmente pela Seção de Ordem Política e Social (SOPS). A instituição especializou-se na perseguição aos opositores políticos do presidente e teve sua atuação ampliada consideravelmente após 1935, com a primeira Lei de Segurança Nacional, quando se voltou para a perseguição a comunistas e integralistas. Em 1938, a SOPS foi ampliada e se transformou em uma Delegacia (DOPS), subordinada ao chefe de Polícia e mais tarde à Secretaria de Segurança Pública. Além do Distrito Federal, os Estados também contavam com suas Delegacias de Ordem Política e Social. Em março de 1944, a DESPS foi extinta e criou-se a Divisão de Polícia Política e Social (DPS), subordinada ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP).⁴⁸

⁴⁸ PEREIRA. Luciana Lombardo Costa. Algumas reflexões sobre os arquivos policiais a partir de uma

Ao final do ano de 1943, justamente quando o relatório foi produzido, a DESPS estava prestes a ser extinta e o conjunto da polícia civil se encontrava em debate sobre como aprimorar suas técnicas investigativas. O tema destaca-se, portanto, através da Conferência Nacional de Polícia Política, organizada pelo Major e Delegado Especial Joaquim Luiz Amaro da Silveira:

Nesta conferência, foram abordados os assuntos da espionagem, contraespionagem, métodos de reconhecimento de agentes inimigos e técnicas de investigações e interrogatórios. Atenção especial foi dada aos procedimentos de recrutamento e treinamento de espiões a serem usados no serviço secreto. O objetivo do evento era preparar os quadros policiais para a atividade de Inteligência, devido às exigências decorridas da Segunda Guerra Mundial e à reorganização da Polícia Política.⁴⁹

O relatório da DESPS é endereçado ao “Ilmo Sr. Major Delegado Especial” e apresentado, em sua introdução, como “relatório anual das incumbências que couberam à Seção de Segurança Social nos múltiplos aspectos que revestem sua própria finalidade”. Escrito pelo chefe da Seção de Segurança Social, Serafim Braga, o relatório tem 303 páginas e é dividido em três partes. A partir de sua leitura, podemos ter dimensão do tamanho do esforço despendido por aquela seção para o acompanhamentos e reconhecimento das atividades do conjunto da sociedade civil, dentro de uma instituição que tinha por objetivo aprimorar cada vez mais seu aparato repressivo.

Alguns cuidados são necessários antes de destrinchar o relatório em si. Usar fontes de polícias políticas, como aponta Ana Maria de Almeida Camargo, é, sobretudo, lembrar mais uma vez que não existe neutralidade na produção desses documentos. São arquivos oriundos da ação cotidiana da instituição que os produziu e seriam “alheios a um eventual uso secundário que deles se possa fazer”.⁵⁰ Além

trajetória de pesquisa no DOPS do Rio de Janeiro. In: *Simpósio Nacional de História*. XXVII, 2013. Natal. Anais Eletrônicos – Trabalhos apresentados nos Simpósios Temáticos ANPUH. 2013. Disponível em:

<http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364936214_ARQUIVO_anpuh.pdf>, p. 9.

⁴⁹ PACHECO. Thiago da Silva. *Da ditadura à democracia: atividades de inteligência da polícia política no Estado Novo e na República de 1946*. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015. p. 66.

⁵⁰ CAMARGO. Ana Maria de Almeida. *Os arquivos da polícia política como fonte*. São Paulo. Universidade de São Paulo. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1987404/mod_resource/content/1/ACamargo_Os_arquivos.p

disso, estariam submersos na lógica da instituição policial, sendo assim contaminados por sua ideologia. Segundo Ana Maria de Almeida Camargo:

Enquanto atividade estatal encarregada de ajustar a liberdade e a propriedade dos indivíduos aos chamados interesses coletivos, o poder de polícia (preventiva ou repressiva) se caracteriza por um sentido essencialmente negativo que, por extensão, atinge também os produtos residuais de seu funcionamento.⁵¹

Ainda assim, por adquirirem a característica de documento de arquivo, os dossiês, relatórios e fichas das polícias políticas se constituem em material empírico, intimamente ligado aos fatos e não somente elemento de uma narrativa. A instituição, o contexto, o objetivo com que foram produzidos e, até mesmo, sua relação com os demais documentos do mesmo setor, sua preservação e organização são elementos essenciais para o “testemunho do órgão que os gerou”, por mais que haja informações inexatas em seu conteúdo.⁵²

Não devemos procurar, portanto, ao analisar o relatório, atestar como verdadeiras as afirmações sobre os investigados pela polícia, tampouco incorporar à caracterização da UNE as afirmações feitas pelos investigadores. É preciso, e possível, buscar as motivações que produziram o conjunto da investigação sobre a entidade e, com isso, estabelecer quais eram as intenções dos agentes ao relatar as atividades da UNE. Através da análise do documento, também podemos chegar a relatos de eventos da entidade que pouco foram abordados pelos trabalhos historiográficos relacionados ao movimento estudantil ou ao governo Vargas.

O documento analisado faz parte do acervo da polícia política do APERJ.⁵³ A origem do acervo é a Superintendência Regional da Polícia Federal, para onde foram transferidos os documentos acumulados até 1983, referentes às polícias políticas do antigo Distrito Federal e do antigo Estado da Guanabara, após a extinção do Departamento Geral de Investigações Especiais. Em 1992, o acervo foi recolhido ao APERJ e, segundo Eliana Rezende Furtado de Mendonça, diretora do arquivo no

df>. Acesso em: 10 mar. 2019.

⁵¹ *Ibid.* Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1987404/mod_resource/content/1/ACamargo_Os_arquivos.p

df>. Acesso em: 10 mar. 2019. p. 2.

⁵² *Ibid.* Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1987404/mod_resource/content/1/ACamargo_Os_arquivos.p

df> Acesso em: 10 mar. 2019.

⁵³ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

referido ano, seriam:

750 metros lineares de documentos textuais, cerca de 2 milhões e 500 mil fichas, cartazes, impressos, microfilmes, objetos tridimensionais e 200 mil itens de documentos especiais, a saber, fotografias, negativos de vidro e de acetato, cópias-contato, filmes, fitas audiomagnéticas e videomagnéticas. Os documentos textuais encontram-se organizados em prontuários de pessoas físicas e jurídicas e dossiês temáticos. Há também livros de protocolo; livros de correspondência; livros de registro de fichas, de cartório, de escala de serviço, de ocorrências e de inquéritos; mapas de detidos; inquéritos; formulários de censura postal e relatórios.⁵⁴

Temos à disposição, em nossas mãos, um farto material, que vem sendo utilizado, inclusive, para ações de reparação histórica e memorialística, garantindo direitos aos que foram lesados pelas ações da repressão estatal. Prosseguir os estudos e pesquisas com o material produzido, seja pela polícia política de Vargas ou pelos governos militares pós-ditadura de 1964, se faz necessário para compreender, entre outras coisas, como operavam os agentes infiltrados e quais suas avaliações a respeito dos movimentos sociais.

O relatório da DESPS nos possibilita visualizar, por exemplo, em termos quantitativos, a relevância que as atividades da UNE tinham para aquela seção, comparadas com as demais instituições, movimentos e entidades da sociedade civil. É justamente o que a primeira parte do sumário do documento nos indica:

Sumário

I Parte

- Introdução (folhas 1 -6)
- Prisões – detenções (folhas 7 – 8)
- Repressão ao denominado “jogo dos bichos” (folhas 11 – 16)
- Sindicatos – Sua Evolução – Situação Atual (folhas 17 – 31)
- Associações Estrangeiras (folhas 32 – 48)
- Comitês Estrangeiros Livres (folha 49)
- Comitês de Socorro às Vítimas da Guerra (folha 49)
- **União Nacional dos**

⁵⁴ MENDONÇA, Eliane Rezende Furtado de. Documentação da polícia política do Rio de Janeiro. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 379-388, dez. 1998. ISSN 2178-1494. p. 379.

Estudantes (folhas 50 – 114)

- Sociedade Amigos da América (folhas 115 – 124)
- Conselho Anti-Eixista de Vigilância e Trabalho do Banco do Brasil (folhas 125 – 127)
- Liga da Defesa Nacional (folhas 128 – 155)
- Comemorações, Homenagens, Passeatas e Manifestações Cívicas (folhas 156 – 196)
- Comícios (folhas 197 – 201)
- Congressos (folhas 202 – 226 e Congresso Nacional de Estudantes folha 65)
- Visitantes Ilustres (folhas 227 – 230)
- Buscas e Arrecadações (folhas 231 – 234)
- Paralisação de Trabalho e Agitações [Tentativa de Greves] (folhas 235 – 248)

Como podemos observar, os relatos referentes à União Nacional dos Estudantes compreendem 64 páginas somente sobre a entidade e o seu VI Congresso (VI Congresso Nacional de Estudantes). Nenhuma outra associação da sociedade civil ou, até mesmo, o próprio movimento comunista, com suas atividades registradas em toda a terceira parte do relatório, possuem o mesmo número de páginas do que a UNE.

Mais do que uma significativa presença quantitativa, nas palavras do próprio autor do relatório, a UNE “é uma entidade de classe que (...) se apresentou como uma *força preponderante* não apenas no cenário político desta capital, mas também, de outros Estados da União” e afirma:

Tendo o apoio e a colaboração de todos os universitários do Brasil, a UNE, tornou-se uma entidade *tão influente quão perigosa*, do ponto de vista político-social, consoante as variadas tendências políticas e ideológicas dos acadêmicos de nossas escolas superiores, motivo porque merece *atenta observação e vigilância* por parte desta secção.⁵⁵

Portanto, qualitativamente, a UNE, na visão dos investigadores, diferia dos demais movimentos e associações, por sua capacidade de influência e sua força no

⁵⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DESPS, 868. p. 50.

cenário político.

Como um todo, o documento busca dar uma visão totalizante da atividade social e política no Distrito Federal, mas além de um relato objetivo das atividades, ele preserva o discurso de uma instituição em consonância com os ideais modernizantes e o marco civilizatório presentes nas narrativas construídas pela propaganda oficial do Estado Novo. Toda atividade que não se encaixa dentro dessas características é tratada como nociva e antipatriótica.

De início, o relatório contextualiza a conjuntura da guerra contra o nazi-facismo, a aliança militar das “Nações Unidas” com os “Estados Soviéticos”, mesmo que “a despeito do antagonismo flagrante dos sistemas políticos adotados”, e a entrada do Brasil na guerra.

O texto segue tecendo comentários sobre a indústria brasileira e seu desenvolvimento e, após isso, cita algumas entidades críticas ao governo, entre elas a UNE. Afirma que cabe, essencialmente, à Seção de Segurança Social a fiscalização dos Sindicatos de Classe e demais associações culturais, beneficentes, recreativas, esportivas, filosóficas e religiosas, todas elas necessitando de autorização para a realização de suas reuniões. E continua:

Cumprе salientar que a situação sindical, outrora tumultuária pelas constantes desinteligências entre empregados e empregadores, atualmente reveste caráter amistoso, já pela melhor compreensão dos deveres e direitos recíprocos, consignados na legislação respectiva, revista e ampliada por sucessivos atos governamentais, já pela contribuição desta D.E que *saneou o meio com o afastar de certos elementos desagregadores e de tendência subversiva*.⁵⁶

O uso da palavra “saneamento” faz corroborar a existência de um novo linguajar à época dentro das instituições policiais. Pautado pela noção de higiene social, termo sempre relacionado ao combate à criminalidade, esse discurso presente nos manuais elaborados, na década de 1930, incorporava elementos técnico-científicos na formação dos policiais.⁵⁷ O termo utilizado também esconde a dualidade presente na instituição, que, ao mesmo tempo em que desejava se modernizar e para isso buscava novos saberes na antropologia, biologia e medicina, também mantinha velhos hábitos, como a prisão, tortura e a ação violenta, que seriam os verdadeiros

⁵⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DESPS, 868. p. 4.

⁵⁷ Ver CUNHA, *op. cit.*

instrumentos para “afastar” os “elementos desagregadores”. Segundo Florindo, embora o uso desse discurso legitimador da polícia científica:

(...) anunciasse uma nova era no campo da relação entre a polícia e a sociedade, a especialização do aparelho não objetivou transformar os modelos de conduta do policial em suas atividades no cotidiano da vigilância e repressão. A racionalização, subordinada às demandas e expectativas do controle social desejado por nossas elites encasteladas no poder do Estado, transformou o aparelho policial em uma *verdadeira rede de vigilância, com diversos espiões espalhados pela sociedade, formando uma grande teia de observação, implementada às custas dos cofres públicos*. A tática era transformar diversos recantos do social em campos de suspeição permanente, bloqueando a contestação às premissas defendidas pelo governo. (...) afirmamos que foi no tremendo hiato social entre as classes de nossa sociedade que atuou estrategicamente o aparelho policial e não, como explicitava o seu discurso legitimador, no combate aos malefícios causados pelo crime e o criminoso.⁵⁸

Adiante no relatório, são descritas mais algumas atribuições e organizações da Seção de Segurança, dentre elas a “prevenção e repressão aos surtos subversivos (da esquerda)” e a repressão ao nazi-nipo-facismo, através da descoberta da rede de espionagem constituída de elementos do “Eixo”.

O texto afirma que a Seção de Segurança Social dispõe de quatro auxiliares diretos do Chefe da Seção, descrevendo seus cargos e suas funções e elogiando-os por seu desempenho. A introdução do relatório se encerra fazendo referência ao Serviço Reservado:

também de elementos selecionados entre funcionários lotados nesta Seção, se constitui o Serviço Reservado, de subido valor, pela garantia das seguras informações, os quais, inteligentemente se infiltrando nas diversas camadas sociais auscultam-lhes as tendências políticas-sociais, trazendo-nos ao corrente dos seus propósitos.⁵⁹

O Serviço Reservado era o responsável por praticar as ações de vigilância e infiltração. Parte dos recursos das Delegacias Especiais era, inclusive, oriundo de verbas não oficiais e grande quantidade desse aporte era utilizada para cooptação de informantes e delatores.

Usando, portanto, de meios oficiais e extraoficiais, os investigadores produziram um robusto documento relatando toda a atividade da União Nacional dos Estudantes durante aquele ano, descrevendo, muitas vezes de maneira

⁵⁸ FLORINDO, *op. cit.*, p. 169.

⁵⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DESPS, 868. p. 5.

pormenorizada, seus detalhes. Parte dessa agenda de eventos era composta por atividades públicas, que foram amplamente noticiadas em jornais da época, mas o relatório trata também de atividades internas da entidade, como o VI Congresso Nacional dos Estudantes e, até mesmo, reuniões de centros acadêmicos. A forma minuciosa com que esses eventos são relatados só reforça a já proclamada atenta vigilância por parte dos agentes policiais.

Seguindo, em sua introdução ao capítulo referente à UNE, o relatório afirma a diversidade de pensamento dentro da entidade, “mesclada” de “elementos de todos os credos políticos”, e que, por ter em sua composição jovens “ainda em formação intelectual”, estaria sujeita à influência de “ideologias demagógicas e desagregadoras”. Dessa maneira, seria fácil transformar o “ambiente de trabalho e de estudos da classe estudantil em um verdadeiro centro de lutas políticas estéreis”.

Na narrativa construída pelos investigadores, a UNE, apesar de suas “inúmeras iniciativas de natureza cívica e patriótica”, estaria desvirtuando o meio estudantil:

No presente exercício, acontecimentos de grande importância se verificaram no meio estudantil do país, cuja origem, direta ou indiretamente, partiu da camada dirigente daquela entidade, que, em muitos casos, demonstrou seguir rumos verdadeiramente subversivos e enveredar por trilhas tortuosas, onde predominaram as ambições pessoais de mando e os interesses políticos contrários ao governo da república.⁶⁰

Aos olhos da polícia política, era a “elite administrativa” da UNE que incentivava campanhas de desmoralização do governo. A “amostra evidente e irrefutável dessas afirmativas” seria justamente o embate entre universitários do Centro Acadêmico XI de Agosto e policiais, instruídos “pelo próprio presidente da UNE”. Segundo o texto:

Os objetivos reais de tal campanha, que se resumiam no abalar da estrutura política e social do Estado Nacional, não foram consumados, bem que tais fatos provocassem efeitos de natureza meramente administrativa, concretizados na mudança verificada nos quadros do governo paulista, com o afastamento de algumas autoridades envolvidas nos acontecimentos. Apesar disso, muitas foram as iniciativas dignas operadas pela UNE, principalmente no que diz respeito ao esforço de guerra da nação.⁶¹

Todo esse episódio, em São Paulo, é discutido, posteriormente, pelo próprio relatório. É interessante notar como havia uma preocupação dos investigadores em

⁶⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DESPS, 868. p. 51.

⁶¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DESPS, 868. p. 51.

destacar os posicionamentos políticos mais próximos à concepção ideológica do regime, que a instituição policial ali estava encarnando, para quem sabe com isso facilitar uma influência mais direta nos rumos da entidade. Parte das atividades da polícia política de Vargas, como já é do nosso conhecimento, era atuar por dentro dos movimentos e organizações. Na visão dos policiais, as agendas da UNE em defesa e solidariedade ao “esforço de guerra da nação” estavam dentro de uma expectativa, do papel digno e patriótico que deveria ser cumprido pelos estudantes. Já as ações críticas ao governo eram fruto de um desvio implementado pelos estudantes subversivos ou facilmente influenciados por ideias subversivas.

A partir da página 52, o relatório passa a descrever os eventos ao longo do ano, respeitando sua ordem cronológica. No primeiro mês do ano de 1943, os estudantes se encontravam mobilizados em defesa dos soldados brasileiros na guerra e a UNE:

(...) empenhada em colaborar para a união de todos os brasileiros em torno do ideal da liberdade dos povos contra as ideologias nazi-fascistas. Em janeiro, o seu Presidente, acadêmico Hélio de Almeida já declarava pela imprensa que a união de todos os brasileiros era mais do que necessária, adiantando que, entretanto, só poderiam ser conclamados a participar dela, aqueles que, por seus pensamentos e ações, deixassem patenteadas de forma clara e insofismável a pureza de seus sentimentos e a repulsa incondicional ao nazi-nipo-fascismo e suas corruptas e dissolventes teorias.⁶²

Os dirigentes da UNE, segundo o relatório, teriam se encontrado com Getúlio Vargas em audiência realizada no dia 13 de janeiro, para tratar de reivindicações de natureza universitária e solicitar apoio financeiro para os programas organizados pela UNE – boa parte das ações da entidade estava voltada para campanhas de ajuda ao esforço de guerra. No dia 28 de janeiro, os estudantes “desfilavam pelas ruas da cidade, arvorando cartazes e painéis, distribuindo bolentis e proclamações”. O objetivo era “mobilizar a opinião nacional para maior apoio ao governo e para a compra de bônus de guerra”.

A passeata em questão marcou a inauguração da Campanha Universitária Pró-Bônus de Guerra e foi saudada, em seu percurso da Praça da República até a Praça Paris, por importantes figuras do governo e, inclusive, pelo interventor do Distrito Federal Henrique Dodsworth.⁶³

O relatório também registra o apoio da UNE à Sociedade Amigos da América e

⁶² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DESPS, 868. p. 52.

⁶³ POERNER, *op. cit.*, p. 158.

à Liga de Defesa Nacional. Juntas, essas três entidades se tornaram as principais articuladoras de campanhas em apoio aos Aliados e denunciantes das ações de grupos ou indivíduos alinhados com o Eixo. Por dentro delas, também se articulava boa parte dos setores de oposição ao Estado Novo. E, justamente por isso, todas as três estavam na mira da polícia política.

Já em fevereiro, o texto relata o início da campanha do Banco de Sangue, com a distribuição de milhares de cartazes, organizada pela UNE. No dia 6 do referido mês, é registrada também a inauguração do programa *Hora Universitária Brasileira*, que “visava a maior difusão das atividades artísticas e culturais da classe”.

Consta do relatório que a relação do governo com a UNE, no primeiro trimestre daquele ano, não parecia ser conflituosa:

Até março deste ano, a UNE, tendo como presidente o acadêmico Hélio de Almeida, desenvolveu um significativo apoio à política de guerra estabelecida pelo Presidente Getúlio Vargas, sempre à frente de campanhas que influíram diretamente na mobilização psicológica do povo brasileiro para a luta contra o nazismo e a Quinta-Coluna.⁶⁴

Destaca-se, inclusive, uma manifestação promovida pela “UNE, LIGA DA DEFESA NACIONAL, SOCIEDADE AMIGOS DA AMÉRICA e CONSELHO ANTI-EIXISTA DO BANCO DO BRASIL” ao então chefe de polícia do Distrito Federal, Alcides Gonçalves Etchgoyen, onde, na sede da L.D.N., teria sido “muito ovacionado”.

Etchgoyen recebeu homenagens dos estudantes em outras oportunidades. O jornal *Correio da Manhã* publica, em março de 1943, pelo menos duas outras declarações públicas de apoio dos estudantes ao coronel.

No dia 11 de março, o jornal relata um desfile de Carnaval, organizado pela UNE com o patrocínio da L.D.N., realizado na terça-feira gorda, às 20 horas, saindo da Avenida Rio Branco em direção ao Palácio Monroe. No meio do trajeto, um microfone em um palanque em frente à Rua do Ouvidor explicava para a população os significados dos carros alegóricos apresentados pela entidade. Um deles trazia a faixa “os estudantes apoiam o coronel Etchgoyen”.⁶⁵ Todo o desfile, convocado pelo nome de Cortejo da Vitória, tinha como objetivo a “mobilização psicológica e material”⁶⁶ da população em apoio à guerra. Em outro momento, ao final do mês, os

⁶⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DESPS, 868. p. 54.

⁶⁵ *Correio da Manhã*, de quinta-feira, 11 de março de 1943. p. 8.

⁶⁶ *Correio da Manhã*, de quarta-feira, 03 de março de 1943. p. 8.

dirigentes da UNE, na ocasião do aniversário de Etchgoyen, fizeram uma visita a sua residência, para que, em discurso proferido por Hélio de Almeida, reafirmassem a “solidariedade e apoio dos universitários ao chefe de polícia, pelas atitudes claras e necessárias que tem tomado como chefe de polícia desta capital”.⁶⁷ Não há, portanto, uma menção específica a esses dois eventos no relatório, apesar de os dois terem sido registrados e divulgados pela imprensa.

A relação entre os estudantes e o chefe da polícia, em 1943, destoava, e muito, do que costumava ser a tratativa da UNE com o antecessor de Etchgoyen. Declarado apoiador do regime nazista alemão, Filinto Müller era conhecido por suas práticas autoritárias e suas tentativas de impedir as manifestações estudantis. Se, por um lado, não é comum ver estudantes exaltando chefes de polícia e militares com frequência na história do movimento estudantil, é também plausível que, em momentos de elevado sentimento patriótico, esses dois setores, por tantas vezes opostos, estivessem tão próximos.

Não podemos deixar de destacar também o considerável prestígio que os estudantes da época, em grande parte oriundos de setores mais abastados da sociedade, sendo provavelmente futuros médicos, engenheiros e advogados, possuíam diante da opinião pública e, em consequência, das autoridades. Não seria exagero dizer que, mesmo não estando imune à repressão policial, o tratamento recebido por um estudante não era o mesmo do que o destinado a um operário fabril atuando em um sindicato.

Chegando ao mês de abril, as relações entre UNE e Vargas sofrem significativa mudança. A insistência do ministro da educação Gustavo Capanema em sediar, no mesmo espaço, a União Nacional dos Estudantes e a Juventude Brasileira gera uma crise que, entre suas consequências, faz com que Hélio de Almeida renuncie ao cargo de presidente da UNE, como forma de pressionar o governo. O relatório traz um pequeno resumo do episódio:

(...) sabendo que se pretendia instalar a Juventude Brasileira no antigo Clube Germânico, sede da UNE, o acadêmico Hélio de Almeida procurou o Sr. Ministro da Educação e lhe fez ver que os universitários não concordariam com o que se projetava, alegando que o prédio não comportava outras instalações além das da UNIÃO.
O Sr. Ministro, das repetidas vezes que sobre o assunto lhe falara o presidente da UNE, segundo este, procurou tranquilizá-lo, assegurando que

⁶⁷ *Correio da Manhã*, de quinta feira, 01 de abril de 1943. p. 7.

o projeto não se consumaria.

Isto mesmo repetiu o Sr. Hélio de Almeida aos colegas e todos estavam certos da palavra do Sr. Ministro, quando se deu o imprevisto. Não só a Juventude Brasileira foi para o ex-clubes Germania, como ficou com direito de assumir a direção administrativa do estabelecimento.

Logo após, em reunião de diretoria, o presidente da UNE, expondo a situação, declarou que pessoalmente se sentia desmoralizado e como tal não mais se poderia manter na direção da UNE e daí renunciar à presidência.⁶⁸

No lugar de Hélio de Almeida, assume, interinamente, o estudante Tarnier Teixeira, no dia 7 de abril. Tarnier estaria disposto “colaborar com o Ministro da Educação”⁶⁹, de acordo com os investigadores policiais. Para Poerner, a posição de Tarnier era alinhada com a de seu antecessor e, na verdade, sua manutenção na presidência da UNE, foi parte de uma negociação para garantir a revogação da portaria que abrigava a Juventude Brasileira no mesmo espaço que a UNE, apoiada pelo próprio Hélio de Almeida, e não uma adesão à proposta do Ministério. Mesmo assim, o relatório reafirma não ter, até o fim do ano, nenhum impasse entre o novo presidente e o Ministério da Educação.

Ainda em abril é registrada uma visita do Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Brasil ao gabinete de Gustavo Capanema, junto a outros representantes estudantis de Diretórios Acadêmicos. E, em seguida, em maio, o relatório registra a criação da União Metropolitana de Estudantes (UMES):

A 3 de maio, por iniciativa do Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Brasil, reuniram-se os Presidentes dos Diretórios Acadêmicos das Escolas Superiores do Distrito Federal e discutiram as bases da fundação da União Metropolitana de Estudantes.

Essa entidade que, posteriormente, foi criada, destinou-se a congregar todos os órgãos representativos dos corpos discentes desta Capital e que se constitui, em virtude de uma das decisões do Congresso Nacional de Estudantes de 1942, funcionando paralelamente ao Diretório Central dos Estudantes e com maior extensão pois enfeixa na sua organização as escolas universitárias e faculdades livres.⁷⁰

Na ocasião, os estudantes deliberaram pela realização da Semana Antinazista, com conferências políticas, comícios simultâneos, espetáculos cinematográficos e outras demonstrações populares contra o Eixo.⁷¹

Em seguida, o relatório registra o que seria uma vitória da entidade com “a aprovação do Governo do parecer favorável do DASP, sobre a solicitação do Ministério

⁶⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DESPS, 868. p. 54.

⁶⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DESPS, 868. p. 55.

⁷⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DESPS, 868. p. 56.

⁷¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DESPS, 868. p. 56.

da Educação ao Exmo. Sr Presidente da República”.

A partir daí, o foco dos investigadores é acompanhar e analisar o evento organizado pela UNE, pela Sociedade dos Amigos da América, Liga da Defesa Nacional e o Conselho Anti Eixista do Banco do Brasil, para denunciar o fascismo, onde o integralismo seria publicamente, através de um julgamento simbólico de Plínio Salgado, condenado. O evento ocorreu no teatro João Caetano lotado, com cerca de 1.500 pessoas.

Nesse espetáculo, que constituiu um acontecimento inédito nesta Capital, já se constatou a infiltração de elementos extremistas no seio daquelas instituições, tendo em vista a presença de alguns deles, tomando parte direta no referido acontecimento, o que se verificou com o fato de estar a cargo a “defesa” do ex-chefe integralista do comunista WAGNER CAVALCANTI.⁷²

Os investigadores também registraram a presença no julgamento simbólico de mais oito comunistas. À frente da organização do “interessante pleito”, estaria ativamente o secretário jurídico da UNE, Márcio Rolemberg. O professor Ary de Azevedo Francisco teria sido o responsável por presidir o julgamento e Hélio de Almeida, antes de iniciar a sessão, feito um relato das prisões efetuadas de chefes integralistas pelo país.

A figura de Plínio Salgado teria sido escolhida por representar o “quintacolonista” no Brasil. Plínio foi julgado à revelia já que, por óbvio, não compareceu ao seu julgamento simbólico. O processo teria, como autora, a opinião pública e, de acordo com o relatório, o julgamento:

(...) processou num ambiente de harmonia, com o espírito de união nacional, anti-fascista, que orientou a acusação e a defesa. (...)
O escrivão fez a chamada do Conselho de Sentença, composto dos estudantes AUGUSTO RODRIGUES, FREDERICO GILBERTO, MARIA LEITE, FRANCISO TRINDADE, ELSA PERALTA, AUGUSTO VILAS BÔAS E RAUL PINTO (...)
A acusação (...) foi feita pelo professor OSCAR PRZEWODOWSKI e pelos academicos PAULO DA SILVEIRA e LEONIDAS MARAFELI e a defesa, pelos estudantes HELIO VALCACIO e WAGNER CAVALCANTI (...) os advogados foram unanimes em acusar PLINIO como o Chefe e Fundador do Integralismo, que tentou subverter a ordem, servindo as potências que constituíam o “eixo”; procurou corromper a democracia no Brasil e, pelos motivos expostos, terminaram pedindo a condenação do réu à pena capital. Os advogados da defesa, depois de explicarem a razão porque foram forçados a aceitar aquela causa, procuraram incluir Plinio Tombola num caso típico de paranóico e pediram absolvição do mesmo, trocando-se, porém, a camisa verde do réu pela camisa de força.

⁷² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DESPS, 868. p. 57.

(...) Encerrados os debates, o Sr ARY FRANCO, declarando não haver sala secreta para a reunião dos jurados, cedeu a palavra a um deles, afim de que fosse feita a leitura da sentença.⁷³

O veredito do julgamento, recebido com grande aclamação, teria condenado o Integralismo à pena de morte e ordenado recolher Plínio Salgado a um manicômio judiciário para ser submetido a exame de sanidade mental.

Encerrando as atividades relatadas no primeiro semestre, também são registradas as reuniões da UNE com o ministro Souza Costa, para tratar da campanha em todo o Brasil para a compra de obrigações de guerra; o encontro dos diretores da UNE com Capanema, a pedido do Diretório da Faculdade de Medicina do Paraná, para pleitear a redução ou isenção das taxas para os alunos convocados pelo Exército; e o interesse dos diretores da UNE, a partir do final de junho, em participar do Congresso Pan-Americano de Estudantes, que seria realizado em setembro daquele mesmo ano, no Chile.

O convite para o Congresso Pan-Americano foi realizado pelo estudante equatoriano Jorge Vivas Vargas, em viagem ao Rio de Janeiro com esse intuito e o relatório registra, através de suas declarações dadas ao jornal *O Radical*, quais seriam as finalidades do Congresso:

1°) – definir a cooperação dos universitários do Continente frente à luta contra o nazi-fascismo em que estão empenhadas as Nações Unidas; 2°) – preparar na consciência dos povos a ação que lhe corresponderá no pós-guerra; 3°) – procurar conseguir a imediata realização das conquistas universitárias no governo democrático das universidades, conquistas estas iniciadas pelo movimento de Córdoba (Argentina); 4°) – estudar a forma mais eficiente da organização para assegurar o êxito das três finalidades anteriores.⁷⁴

O relatório também traz, na íntegra, a transcrição do manifesto lançado pelo estudante equatoriano. No manifesto, é mencionada a adesão de países como Peru, Bolívia, Argentina, Uruguai e Paraguai na convocatória do evento. Mas, segundo os investigadores, o Congresso Pan-Americano teria sido um fracasso.

A parte referente aos eventos que ocorreram no segundo semestre de 1943 é ocupada, principalmente, pelo relato do VI Congresso Nacional de Estudantes, instância máxima de decisão da entidade, realizado em julho, e pelo relato do embate entre a polícia paulista e os estudantes de direito de São Paulo, no mês de novembro.

⁷³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DESPS, 868. p. 58-59.

⁷⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DESPS, 868. p. 61.

O VI Congresso, na visão dos investigadores, foi o responsável pelo declínio da “regular estabilidade social e política da entidade”. O chamado Congresso de Guerra, ao que se pode notar, gerava determinada expectativa por parte dos investigadores:

O ambiente universitário naquela época era de grande atividade. As delegações estaduais começavam a chegar, cheias de otimismo e vontade de cooperar para o brilhantismo das realizações do certamen. Como se tratava de um importante conclave da nossa mocidade acadêmica, esperava-se que ainda mais importantes conclusões deveriam resultar, tanto as de caráter específico no terreno dos interesses da classe, quanto a outras ligadas a situação política do momento excepcional de guerra que atravessa o País. Havia ainda o fato altamente importante do congresso marcar a época da eleição dos novos dirigentes do movimento universitário nacional. Esperavam-se acima de tudo conclusões práticas para um trabalho organizado e planejado dos diversos órgãos estudantis que compõem o corpo da UNE, bem como os futuros dirigentes da UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, estivessem à altura da força do movimento universitário dos nossos dias.⁷⁵

Mas é justamente a vitória política dos estudantes paulistas no Congresso, com sua posição beligerante em oposição ao governo Vargas, que frustra as expectativas dos investigadores. Em meados de julho, os estudantes da faculdade de direito de São Paulo se encontravam em greve. O objetivo do protesto era impedir a ocupação de uma das cátedras da faculdade pelo professor Miguel Reale, apontado como simpatizante do integralismo pelos estudantes. O movimento grevista fortaleceu a posição dos estudantes paulistas no Congresso. Existia, por parte dos policiais, o receio de que o movimento se espalhasse e se nacionalizasse.

Consta do relatório toda a programação do evento:

Desde o princípio de Julho até o dia 19, quando se realizou a sessão inaugural do VI CONGRESSO, a UNE desenvolveu uma atividade febril na preparação do referido conclave. Várias foram as autoridades convidadas a assistir a sua inauguração, inclusive o Coronel Alcides Etchegoyen, bem como o próprio Presidente da República. E, no dia 18 de Julho, a UNE, fez publicar pela imprensa da Capital o programa que seria observado no decorrer do certamen. Foi o seguinte: Dia 19 – 10 horas – Entrega das credenciais; 19 horas- Instalação solene na Escola Nacional de Música, com a presença de altas autoridades, inclusive o Presidente da República. Dia 20 – 13.30 horas – 1ª sessão-ordinária. Dia 21 – 13.30 horas – 2ª sessão-ordinária. Dia 22 – 13.30 horas – 3ª sessão-ordinária; 17.30 horas – “cock-tail no Instituto Brasil-Estados Unidos. Dia 23 – 13.30 horas – 4ª sessão-ordinária; 21 horas – baile. Dia 25 – 10 horas – concerto da Orquestra Sinfônica Brasileira; 15 horas – eleição da Diretoria da UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Dia 26 – 12 horas – almoço; 15 horas – posse da nova Diretoria da UNE.⁷⁶

⁷⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DESPS, 868. p. 63.

⁷⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DESPS, 868. p. 63-64.

A atuação dos policiais no VI Congresso deve ser destacada. O detalhamento com que os relatos são apresentados evidencia um minucioso trabalho de acompanhamento, por parte dos policiais, de todo o evento. Segundo o próprio relatório:

Sobre as atividades desse conclave, estão nas linhas que se seguem, relatadas todas as principais decisões verificadas, baseadas no que apurou o Serviço de Reportagem desta Secção, durante o desenrolar da sessão solene de instalação, dos trabalhos das 9 sessões ordinárias subsequentes, realizadas naquele certame.⁷⁷

Inicia-se, portanto, a partir da página 65, o relato de cada sessão do Congresso, onde são resumidas as polêmicas e transcritas, inclusive, as falas que mais chamaram a atenção dos investigadores. A sessão de abertura contou com a presença de Gustavo Capanema, representando o presidente da República, e do coronel Etchgoyen, além do general Manoel Rabelo, presidente da Sociedade Amigos da América. Ainda na abertura, foi lida pelo estudante americano John Hetchiers, da Universidade de Harvard e estagiário na Faculdade de Filosofia de São Paulo, uma mensagem de solidariedade dos estudantes americanos. De fora do Brasil, também estavam representantes do Uruguai e da Argentina, ambos fazendo falas de saudação.

A preocupação dos investigadores era, principalmente, a intervenção dos comunistas no Congresso. Eis o trecho que cita a participação de um estudante já conhecido pelos investigadores:

Logo a seguir, subiu a tribuna o acadêmico Wagner Cavalcanti, que registra antecedentes comunistas nesta D.E., o qual pronunciou um discurso que, em síntese, é o seguinte: “a Democracia deve manter, antes de tudo, uma firme oposição contra os reacionários; o homem deve permanecer livre pessoalmente, porque onde não há liberdade não há povo. Batalhe-mos para que o pensamento integralista seja desmascarado”. Depois de receber muitos aplausos, Wagner silenciou por um tempo significativo e terminou o seu discurso com a seguinte expressão: “Este silêncio deve falar mais do que minhas palavras!”.⁷⁸

Em seguida, é registrada uma fala de Arroubas Martins, estudante paulista que,

⁷⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DESPS, 868. p. 65.

⁷⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DESPS, 868. p. 67.

alguns meses depois, estaria envolvido com as manifestações em São Paulo. em oposição a Vargas. Arroubas, em sua fala, apresenta a denúncia contra o professor Miguel Reale e indica que os estudantes de São Paulo irão promover uma greve, convocando assim estudantes cariocas e paulistas para formarem uma comissão sobre o assunto. A fala foi registrada pelos investigadores como a mais aplaudida entre os discursos. Seu foco foi, principalmente, a crítica ao integralismo.

Antes de o ministro Capanema encerrar a sessão, o general Manoel Rabelo e o coronel Alcides Etchgoyen se manifestaram. Segundo o relatório, as falas teriam sido “a pedido de todos” e os dois militares aproveitaram o momento para prestar solidariedade aos estudantes empenhados em contribuir com a guerra, inclusive em campo de batalha.

No dia seguinte, se iniciam as sessões ordinárias do Congresso. Todas são registradas pelo relatório, inclusive com os devidos nomes dos responsáveis por cada comissão criada para dar conta das tarefas e encaminhamentos do Congresso. Temos, por exemplo, a “Comissão Central”, a “Comissão para Tratar dos Assuntos Referentes à Guerra” e a “Comissão de Tese”.

O clima no Congresso se orientava por falas e proposições com o objetivo de derrotar iniciativas integralistas. Moções de apoio aos estudantes paulistas e contra o professor Miguel Reale e, até mesmo, a proposta de retirar das livrarias um livro de autoria de Plínio Salgado foram aprovadas. O pedido, que incluía inclusive a queima de livros do autor, proposto pela delegação do Ceará, seria enviado para o ministro da Educação, além de reiterado com um telegrama ao interventor daquele Estado.

Em seguida, o relatório faz questão de registrar, mais uma vez, o apoio dos estudantes ao chefe da polícia civil do DF:

A seguir, fez uso da palavra o Sr. Paulo da Silveira, que propôs que se enviasse ao Exmo. Sr. Coronel Etchgoyen, uma mensagem de solidariedade e, do mesmo passo, convidá-lo a assistir uma sessão ordinária do CONGRESSO, o que foi aprovado, ficando encarregados de redigir a mensagem os Srs. Helio de Almeida e Paulo Silveira, a qual, entretanto, deveria ser entregue pessoalmente e com a presença do maior número possível de estudantes. O dia da entrega, entretanto, não foi determinado.⁷⁹

Mais uma vez, vemos registradas as falas de Arrouba Martins e Wagner Cavalcanti, além do representante de Minas, Simão Viana. Sempre que citado,

⁷⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DESPS, 868. p. 70.

Wagner Cavalcanti recebia a mesma denominação: “comunista com antecedentes nesta D.E.”. No caso de Arrouba Martins, o relatório também registra a ação repressiva da polícia paulista, através da transcrição de sua própria fala:

Eu, Sr. Presidente, não posso ir, agora, à São Paulo, pois antes de vir para esta Capital representar oficialmente a minha Faculdade de Direito daquele Estado, fui convidado a comparecer à Delegacia de Ordem Política e Social, que procurou dificultar a minha vinda e creio, que se agora eu desembarcasse ali, seria detido por aquela Delegacia.⁸⁰

Já na segunda sessão ordinária, foram abordados temas referentes ao meio universitário, como a oficialização de cursos e problemas relacionados ao preço de livros didáticos. Tratou-se, também, do direito de representação da classe secundária, proposta aprovada pelo Congresso, e do direito de representação por parte dos universitários nos conselhos técnicos das escolas superiores.

A terceira sessão ordinária, além de aprovar textos das moções discutidas nos dias anteriores, debateu a questão da assistência universitária. Registrou-se, também, a presença do dr. Waldir Borges, identificado como o primeiro presidente da UNE, que recebeu convite para compor a mesa. Em sua fala, Waldir se “expressou energicamente contra o fascismo e contra as ditaduras sob quaisquer formas”.

O estudante Vasconcelos Torres, do Estado do Rio de Janeiro falou em solidariedade ao comandante Amaral Peixoto, um “verdadeiro baluarte da democracia”. Wagner Cavalcanti teve, mais uma vez, sua fala registrada, pois, logo em seguida, “reforçou as palavras do seu colega”.

Ao final da terceira sessão, foram lidas teses a respeito da alta do preço dos livros e uma proposta de abatimento de 50% em todas as comunicações terrestres e marítimas do país para a classe universitária. As demais propostas, segundo o relatório, não apresentavam “interesse para o serviço desta D.E.”.

Do representante do Rio Grande do Sul, registrou-se a ácida crítica “ao corpo docente das escolas superiores do país” e uma defesa de sua completa remodelação:

em vista de que muitos professores ocupavam, interinamente ou não, cátedras de grandes responsabilidades, eram, uns, anacrônicos, e outros, incompetentes. Este orador discorreu longamente sobre o assunto e, aludindo aos professores que ainda conservavam teorias e estudos antiquados e aos ditos que são improvisados, chamou aqueles de mestres de catacumbas e estes de fetos científicos. Esta proposta foi encaminhada a

⁸⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DESPS, 868. p. 71.

uma comissão para que fosse devidamente estudada.⁸¹

Após os trabalhos da terceira sessão ordinária, os estudantes se reuniram para um *cocktail*, realizado na sede do Instituto Brasil-Estados Unidos e oferecido pelo Clube de Relações Internacionais aos congressistas. Ao que tudo indica o acompanhamento dos investigadores também incluiu as atividades desse evento, onde se registrou a fala de estudantes no evento.

O decorrer da quarta sessão ordinária estabeleceu uma das principais polêmicas do Congresso. A disputa de posição entre os estudantes paulistas do centro acadêmico XI de Agosto e os comunistas do PCB sobre o tema da greve estudantil convocada em oposição ao professor Miguel Reale. No centro da polêmica, estavam em lados opostos Wagner Cavalcanti e Germinal Feijó.

Feijó defendia que o Congresso deveria apoiar a greve estudantil e, assim, nacionalizá-la, pressionando o governo Vargas. A posição dos comunistas, apesar de apoiar a destituição do professor integralista Miguel Reale, reforçava a importância de manter o foco das ações do Congresso dentro do tema da guerra, prestando, portanto, solidariedade a Vargas. O registro da fala de Wagner Cavalcanti mostra que não havia apoio ao movimento grevista, pois a greve “constituía um meio ilegal de reivindicação de direitos” e que o Congresso não aprovava a greve geral proposta:

Disse que os desagregados da União Nacional dos Estudantes pretendiam justamente a agitação, a desconfiança e a inatividade decorrente da greve. Afirmou que o governo estava ao par das declarações daquele professor ditas no momento da sua posse e que tem todos os elementos de combate às atividades que procuravam subverter a ordem e atentavam contra a defesa nacional. Se o governo conhecia o discurso daquele integralista e reconhecia nele um elemento suspeito, o mesmo governo saberia tomar (...) as providências necessárias no sentido da defesa dos interesses nacionais.⁸²

A disputa entre comunistas em aliança nacional pró Vargas e liberais antivarguistas vai dar o tom da escolha da nova diretoria da UNE, eleita ao final do Congresso. Mesmo derrotados, os comunistas continuam com cargos na entidade e mantêm sua influência sobre a UNE, mas perdem a presidência da entidade para a chapa liderada por Hélio Mota e Arroubas Martins. Segundo Angélica Müller, o VI Congresso demonstrava um paradoxo na entidade. Mesmo que “a política aprovada

⁸¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DESPS, 868. p. 76.

⁸² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DESPS, 868. p. 81.

pela entidade” fosse orientada pelos “princípios do Partido Comunista”, a “presidência eleita ficava a cargo dos estudantes paulistas anti-Vargas”. Ou seja, para a autora, esse conflito “mostra as dificuldades de adoção de uma política unificada, em uma entidade composta de forças antagônicas”.⁸³

Na quinta sessão ordinária, os estudantes receberam a visita do comandante Amaral Peixoto, que agradeceu o apoio prestado pelos estudantes e incitou “a mocidade estudiosa à vigilância e à luta contra o fascismo”.

Coube à sexta sessão ordinária a eleição da nova diretoria da UNE. Segundo registrado pelo relatório, a votação durou três horas e o resultado da apuração, com 237 votos totais, elegeu a chapa de Hélio Mota, tendo obtido 124 votos contra 113 da chapa de Fernando Santana, da delegação baiana. O relatório registra também que, durante a votação, os estudantes receberam a notícia da renúncia de Benito Mussolini, fato que foi comemorado com grande entusiasmo.

Em sua sétima sessão, foi dada a posse da nova diretoria, com a presença de Gustavo Capanema e, após sua fala, foram registradas intervenções de Hélio Mota, Fernando Santana, Arroubas Martins e Barcelos Tavares.

O Congresso finalizou com sua oitava e nona sessões ordinárias, para aprovar as demais propostas, tendo essas duas últimas sessões pouca participação estudantil, pois grande parte das delegações já havia regressado para seus estados. Segundo o registro, apenas 50 estudantes participaram do encerramento. Após o encerramento da oitava sessão, os estudantes visitaram Vargas, às 15 horas e 30 minutos, para agradecer o auxílio prestado ao VI Congresso. A retomada dos trabalhos, na nona e última sessão ordinária, só ocorreu às 11 horas do dia seguinte e, após mais algumas propostas apresentadas pelas delegações, os trabalhos do Congresso foram encerrados às 14 horas.

Após o fim do Congresso, os estudantes fizeram uma visita ao Departamento de Imprensa e Propaganda, “sendo recebidos pelo Capitão Dutra de Menezes e, ali, lhes foi oferecida uma sessão de filmes sobre a guerra”.⁸⁴

A partir do fim do relato do VI Congresso e da transcrição completa da carta endereçada a Vargas pelos estudantes, o relatório passa a assumir uma postura extremamente crítica à nova gestão da UNE. Os parágrafos seguintes logo afirmam

⁸³ MÜLLER, *op. cit.*, p. 95.

⁸⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DESPS, 868. p. 93.

ter Hélio Mota levado a entidade para um caminho desvirtuado dos seus propósitos. O incômodo dos investigadores é, portanto, com a postura mais agressiva da entidade em relação ao governo.

A ida da delegação brasileira ao Congresso Pan-Americano também foi registrada. Os investigadores atestam que, ao chegar ao referido Congresso, em Santiago, os representantes foram recebidos por um estudante chileno que proferiu “forte discurso de natureza comunista, atacando abertamente o regime brasileiro”. Segundo o relatório, não houve, por parte dos estudantes brasileiros, refuta a tal fala. Na visão dos investigadores, portanto, essa atitude “desmoralizadora para a classe e para o Brasil” teria sido o resultado do fracasso de tal evento. Além disso, o relatório enfatiza que os estudantes brasileiros “pernoitavam nos Cassinos e Cabarés da capital do Chile”.⁸⁵

Sobre a gestão de Hélio de Almeida, o relatório ainda afirma:

Nada de útil foi feito pela Diretoria em prol da classe, imperando apenas um pensamento no meio dirigente – efetuar a política contrária ao Estado Novo em benefício de políticos decaídos e comunistas, sem outro interesse a não ser o de adquirir futuras posições de mando.⁸⁶

Em seguida, o texto relata os acontecimentos de enfrentamento entre estudantes e policiais em São Paulo. O incidente – citado no capítulo anterior desta monografia e melhor explorado pelo livro de Dulles (1984) – ocupa cerca de 15 páginas do relatório. Além de serem relatados os eventos, entre outubro e novembro daquele ano, também são transcritas cartas, panfletos e declarações dos estudantes. Todos os integrantes do Centro Acadêmico XI de Agosto são citados nominalmente pelo relatório e até mesmo uma suposta carta de Monteiro Lobato, em apoio aos estudantes endereçada ao estudante Germinal Feijó, aparece em sua íntegra, registrada pelos investigadores.

Por fim, o relatório afirma estar a UNE paralisada após os acontecimentos em São Paulo e conclui:

Esses foram os fatos mais importantes e significativos verificados no setor estudantil nacional, cuja orientação e direção está a cargo da União Nacional dos Estudantes, a quem esta seção vota todo o interesse e ativa

⁸⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DESPS, 868. p. 99.

⁸⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DESPS, 868. p. 100.

observação.⁸⁷

Assim se encerra o capítulo do relatório sobre a União Nacional dos Estudantes, mais uma vez reforçando a ideia de que a UNE despertava um especial interesse por parte da polícia política de Vargas. Acredito que, a partir dos trechos do relatório aqui apresentados, essa relação entre as forças repressivas do Estado Novo e a entidade se torne mais nítida. Reconheço, é claro, serem necessários mais estudos sobre o tema. Os possíveis desdobramentos da pesquisa iniciada neste trabalho monográfico apresento, a seguir, nas considerações finais.

⁸⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DESPS, 868.

Considerações finais

Se nosso objetivo é identificar as diferentes variações no relacionamento entre a UNE, e seus dirigentes, com as instituições oficiais do Estado Novo, e seus agentes, é possível elencar as seguintes conclusões, a partir desta pesquisa.

Sendo a União Nacional dos Estudantes uma entidade ampla e diversa em sua composição, e tendo internamente ao menos três visões políticas distintas sobre o Estado Novo, que disputavam seus espaços e suas deliberações, é nítido que seu posicionamento político não estava engessado. Não havia, portanto, em 1943, uma postura de adesão ou oposição por completo ao governo.

Por isso, insisto em não chamar de “trégua” entre estudantes e Vargas o período da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Havia, sim, uma intensa disputa de posições na entidade, principalmente entre as formulações dos jovens do Partido Comunista e dos liberais da ala paulista da entidade. O elemento de composição entre essas posições era justamente a luta contra o fascismo.

Se os comunistas acreditavam na necessidade de unidade, inclusive com o governo, para fortalecer a luta antifascista, os liberais viam na luta contra as ditaduras no exterior um combustível para lutar contra a ditadura estadonovista. A posição do PCB não era, porém, de adesão ao varguismo. O partido continuava a sentir na pele a perseguição política imposta pela repressão, mas abertamente se posicionou contrário às ações mais radicalizadas no seio do movimento estudantil que pudessem desviar o foco do combate ao chamado “quinta colunismo”.

Além disso, não podemos ignorar o apelo e a força política de Getúlio Vargas, que tinha, entre os estudantes, forte influência. A UNE era tratada pelo governo como uma entidade de caráter oficial e legítima representante dos estudantes brasileiros. Seus dirigentes tinham, diante do governo, grande prestígio e recebiam das autoridades o apoio material para realizar suas atividades. A presença dessas autoridades do alto escalão do governo nos eventos da UNE atestam o peso político da entidade estudantil.

Em um contexto de fechamento das liberdades e do regime democrático, tal qual foi o Estado Novo, onde partidos de oposição e sindicatos classistas foram perseguidos, as diversas organizações políticas viam na UNE um espaço para ecoar

suas demandas. Sabendo disso, as forças repressivas atuavam no sentido de monitorar de perto as movimentações desses grupos nos espaços estudantis, pois todo o aparato repressivo do varguismo se baseava no discurso anticomunista e no combate a ideias “estrangeiras” ou alheias à pátria.

Essa situação, somada à conjuntura internacional de conflito e guerra contra um inimigo maior, permitia a convivência de determinados setores diametralmente opostos, sem que para isso houvesse um relaxamento por parte das polícias políticas do acompanhamento dos elementos considerados subversivos. O resultado mais evidente dessa contradição são as inúmeras manifestações de apoio da União Nacional dos Estudantes a figuras como o coronel Etchgoyen, enquanto, ao mesmo tempo, havia uma investigação em andamento, registrando todas as ações estudantis.

O relatório da Delegacia Especial de Polícia Social da polícia civil de Vargas nos fornece preciosas informações sobre como a UNE era observada e analisada por essa instituição. Era prática do chefe da polícia civil relatar diretamente ao presidente a situação do cenário político e social nacional, como também é notório que as polícias políticas sempre se caracterizaram não somente por acompanhar, mas também por influenciar, através de seus infiltrados, os movimentos sociais.

Portanto, ao encontrarmos documentos produzidos pela burocracia policial estadonovista que atestam a relevância social da União Nacional dos Estudantes, seu potencial mobilizador e seu prestígio diante da sociedade é possível mensurar o peso político que a entidade representava à época. O destaque merecido pela UNE no ano de 1943, principalmente se comparado às demais organizações da sociedade civil, é notório diante da atenção dada por parte dos investigadores.

A entidade, a princípio, não era vista como inimiga ou opositora ao governo; ao contrário, se admitiam sua força e seu esforço em defesa dos temas patrióticos que tanto interessavam aos anseios da política oficial estadonovista. Mas se imputava, principalmente às suas características juvenis, como, por exemplo, uma suposta facilidade de se deixar manipular, as ações críticas e radicais dos estudantes.

As críticas ao governo eram entendidas como um desvio das verdadeiras características da entidade, incitadas pelos elementos subversivos. Tal postura diante da entidade indica um interesse em aproximar cada vez mais as pautas estudantis das políticas oficiais do Estado Novo. A UNE, por sua vez, sempre frustrava os que queriam interferir em sua autonomia, seja rechaçando a proposta de uma criação da

Juventude Brasileira, seja resistindo à tentativa de que a entidade se tornasse mais um sindicato chapa branca.

É somente esse grande interesse que a UNE despertava que pode justificar a necessidade de se acompanhar, sessão por sessão, o VI Congresso Nacional dos Estudantes, a ponto de ter registradas no relatório falas integrais de dirigentes estudantis. Nomes completos, informações a respeito das afinidades políticas, documentos e cartas transcritas são algumas das relevantes informações que essa fonte nos proporciona. Além disso, um registro cronológico de toda a atividade política da UNE no ano de 1943. Ou seja, estamos diante de um farto material documental, que pode ser estendido, se ampliada a pesquisa com o foco em identificar mais relatórios e registros como esse nos fundos das polícias políticas.

Ainda são muito extensas as possibilidades de se trabalhar o relatório em questão, tendo sido o foco desta monografia o conteúdo de seu texto e o contexto em que ele foi produzido.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. 1ª edição. Rio de Janeiro; Relume Dumará; Fundação Roberto Marinho, 2007. 291 p.

BUCK, Carlos Henrique Barbosa. *A UNE e a mobilização das massas estudantis no Estado Novo*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Salgado de Oliveira. Niterói, 2012. 172 p.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *Os arquivos da polícia política como fonte*. São Paulo. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1987404/mod_resource/content/1/ACamargo_Os_arquivos.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da Era Vargas*. 2ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994. 227 p.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. 3ª. edição. São Paulo: Editora UNESP, 2007. 216 p.

_____. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2007. 300 p.

_____. *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. 3ª. edição. São Paulo: Editora UNESP, 2007. 305 p.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Os domínios da experiência, da ciência e da lei: os manuais da polícia civil do Distrito Federal, 1930-1942. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 235-264, dez. 1998. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2078/1217>>. Acesso em: 09 mar. 2019.

DULLES, John W. F. *A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas (1938-1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: EDUSP, 1984 (Coleção Brasil do Século 20). 378 p.

DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997. 409 p.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. 291 p.

FERREIRA, Jorge. *O populismo e a sua história: debate e crítica*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 380 p.

_____. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. 1ª edição. Rio de Janeiro, Niterói: EdUFF. 315 p.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 376 p.

FLORINDO, Marcos Tarcísio. A polícia política entre a inovação e a tradição: a modernização institucional do DEOPS/SP na Era Vargas. *Cadernos CEDEM*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 3-21, dez. 2011. ISSN 2236-0247. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem/article/view/1621>>. Acesso em: 09 mar. 2019.

_____. O Estado brasileiro e a repressão política na Era Vargas: montagem institucional do aparato de contenção e de controle da sociabilidade operária. *Revista de Estudos Brasileños*, Salamanca, v. 2 n. 2, p. 36-47, mar. 2015. ISSN 2386-4540. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/reb/article/view/98539>>. Acesso em: 09 mar. 2019.

_____. *O serviço reservado da delegacia de ordem política e social de São Paulo na Era Vargas*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Campus de Franca. Franca, 2000. 235 p.

MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. *Radicalismo de esquerda e anticomunismo radical: a União Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2013. 405 p.

MENDONÇA, Eliane Rezende Furtado de. Documentação da polícia política do Rio de Janeiro. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 379-388, dez. 1998. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2074/1213>>. Acesso em: 09 mar. 2019.

MÜLLER, Angélica. *Entre o estado e a sociedade: a política de juventude de Vargas e a fundação e atuação da UNE durante o Estado Novo*. Dissertação (Mestrado em História Política) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2005. 132 p.

NEGRÃO, João Henrique Botteri. *Selvagens e incendiários: o discurso anticomunista do governo Vargas e as imagens da Guerra Civil Espanhola*. 1ª edição. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005. 212 p.

PACHECO, Thiago da Silva. *Da ditadura à democracia: atividades de inteligência da polícia política no Estado Novo e na República de 1946*. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015. 285 p.

PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p.

PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. Algumas reflexões sobre os arquivos policiais a partir de uma trajetória de pesquisa no DOPS do Rio de Janeiro. *In: Simpósio Nacional de História*. XXVII, 2013. Natal. Anais Eletrônicos – Trabalhos apresentados nos

Simpósios Temáticos ANPUH. 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364936214_ARQUIVO_anpuh.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

POERNER, Artur José. *O poder jovem*. 4ª edição. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995. 359 p.

SERGE, Victor. *O que todo revolucionário deve saber sobre a repressão*. 1ª edição. São Paulo: Editora Quilombo, s/d. 120 p.

THERBORN, Göran. *O mundo: um guia para principiantes*. 1ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2013. 318 p.

Anexos

Digitalização das páginas 1,2,3,4,5 e 6 do Relatório DESPS 868 do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, correspondentes ao sumário do documento.

DES
Q. 59
(J)

S U M Á R I O

- I PARTE -

	<u>FOLHAS</u>
<u>INTRODUÇÃO</u>	1
<u>PRISÕES - DETENÇÕES</u>	
- Recolhidos à Colônia Agrícola do D.Federal....	7
- " ac Presídio do Distrito Federal....	7
- " à Penitenciária Central do D.F....	7
- " ao Hospital São Sebastião.....	7
- Recolhido ao Manicômio Judiciário.....	7
- " ao Sanatório Penal de Bangú.....	7
- Encaminhados a diferentes destinos.....	8
<u>REPRESSÃO AO DENOMINADO "JOGO DOS BICHOS"</u>	
- Prisões em flagrante e detenções por medida de ordem.....	11
<u>SINDICATOS - SUA EVOLUÇÃO - SITUAÇÃO ATUAL</u>	
- Preliminares.....	17
- Primeira zona.....	25
- Segunda zona.....	26
- Terceira zona.....	26
- Quarta zona.....	27
- Quinta zona.....	27
- Sexta zona.....	28
- Sétima zona.....	29
- Oitava zona.....	29
- Nona zona.....	30
- Décima zona.....	30
<u>ASSOCIAÇÕES ESTRANGEIRAS</u>	
- Décima primeira zona - preliminares.....	32
- Comité Russo de Socorro às Vítimas da Guerra..	33
- Comissão Promotora da Cruzada para Auxílios às Vítimas da Guerra.....	33
- Parochia Ortodoxa Russa.....	34
- Sociedade Polônia.....	34

S U M A R I OASSOCIAÇÕES ESTRANGEIRAS (Cont.)

- Sociedade Estoniana de Beneficência e Instrução "UUS KODU".....	35
- Clube Dinamarquez do Rio de Janeiro.....	35
- Cercles Suisse do Rio de Janeiro.....	35
- Societé Philantropique Suisse.....	36
- Sociedade Neerlandeza.....	36
- Associação dos Lituanos no Brasil "Onda".....	36
- Societé Royale Belge de Bienfaisance.....	36
- Centro Social Chinês.....	36
- Pekim Clube.....	36
- British Legion.....	36
- Associação Francaise des Anciens Combatants...	37
- Les Jeunes.....	37
- Sociedade Beneficente Alaouita.....	37
- Clube Nacional do Rio de Janeiro.....	37
- Sociedade Beneficente Saidainaiense.....	38
- Comunidade Ortodoxa.....	38
- Sociedade Ortodoxa de Sênhoras.....	38
- Sociedade Damas de Misericórdia de Nossa Senhora do Líbano.....	38
- Sociedade de Beneficência Humboldt.....	40
- Clube Ginastico e Desportivo Alemão.....	40
- Sociedade Brasileira de Beneficência e Auxílios Mutuos.....	41
- Sociedade Beneficente Israelita.....	41
- Associação Beneficente Funeraria e Religiosa Israelita.....	42
- Azul e Branco Clube.....	42
- Clube dos Cabiras.....	43
- Grêmio Hebreu Brasileiro.....	43
- Sociedade Beneficente Israelita "Talmud Tora".	43
- Sociedade Beneficente das Damas Israelitas....	44
- Sociedade de Proteção a Infância Israelita desamparada.....	44
- Sociedade Israelita de Educação.....	44
- Centro Hebreu Brasileiro de Socorro aos Israelitas Vítimas da Guerra.....	44

S U M A R I OASSOCIAÇÕES ESTRANGEIRAS (Cont.)

- Biblioteca Israelita "Scholom Aleichem".....	45
- Biblioteca Israelita "H.N. Bialick".....	46
- Sociedade Israelita Brasileira "ORT".....	46
- União Associação Beneficente Israelita.....	47
- Associação Religiosa Israelita do Rio de Janº.	47
- Centro Israelita Brasileiro.....	47
- Sociedade Benef. Damas Israelitas e Brasileira	48
- União Beneficente Israelita "Maghen David"....	48
- "ICA" Jewish Colonization.....	48
- SOCIEDADES DE NATUREZA DIVERSAS.....	48
<u>COMITÉS ESTRANGEIROS LIVRES.....</u>	49
<u>COMITÉS DE SOCORRO ÀS VÍTIMAS DA GUERRA.....</u>	49
<u>UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES.....</u>	50
<u>SOCIEDADE AMIGOS DA AMERICA.....</u>	115
<u>CONSELHO ANTI-EIXISTA DE VIGILÂNCIA E TRABALHO DO</u>	
<u>BANCO DO BRASIL.....</u>	125
<u>LIGA DA DEFESA NACIONAL.....</u>	128
<u>COMEMORAÇÕES, HOMENAGENS, PASSEATAS e MANIFESTAÇÕES</u>	
<u>CÍVICAS.....</u>	156
- JANEIRO - Manifestação das classes trabalhis-	
tas ao Exmo. Sr. Ministro Marcondes	
Filho.....	156
- ABRIL - Comemorações do Dia Pan-Americano...	157
- " - Confraternização de Empregados e Em-	
pregadores, em homenagem à data na-	
talicia Exmo. Sr. Pres. da República	158
- MAIO - Comemorações do "Dia do Trabalho"...	160
- JUNHO - Solenidade de entrega das Corvetas à	
nossa Marinha de Guerra.....	162
- " - Sessão cívica em homenagem aos heróis	
da Batalha de Riachuelo.....	164

S U M A R I OCELEBRAÇÕES, HOMENAGENS, PASSEIADAS, e MANIFESTAÇÕESCÍVICAS: (Cont.)

- JULHO	- Homenagem ao Poeta Castro Alves.....	168
- "	- Desfile de Cegos.....	169
- AGOSTO	- Comemoração pela passagem do 140º an <u>i</u> versário de Duque de Caxias.....	170
- SETº	- Entrega de uma Corveta à Nossa Mari- na de Guerra.....	173
- "	- Sessão solene comemorativa da data da Independência Mexicana.....	173
- "	- Homenagem prestada ao Exmo. Sr. Gene- ral Eurico Gaspar Dutra, por ocasião do regresso de S.S.....	174
- Outº	- Inauguração da residência do Sr, Em- baixador dos Estados U.A. do Norte...	175
- "	- Solenidade fúnebre da transladação de aviadores.....	176
- "	- Comemoração ao "Dia do Aviador" - Mis- sa Campal.....	177
- "	- Missa em sufrágio das almas das viti- mas do torpedeamento do "Itapagé"....	178
- "	- Missa de 7º dia, pela morte do Sr.Gal. Manoel do Nascimento Vargas.....	178
- "	- Comemoração do "Dia do Funcionário Pú- blico".....	179
- NOVº	- Inauguração do trecho final da Av.Pre- sidente Vargas.....	180
- "	- Comemorações em homenagem ao dia lo..	181
- "	- Concentração Trabalhista.....	181
- "	- Desfile, com a finalidade de angariar cigarros para a Força Expedicionária.	186
- "	- Solenidade anti-fascistas.....	189
- "	- Solenidade em homenagem postuma às ví- timas militares da intentona comunis- ta de 1935.....	190
- "	- Cerimônias de incorporação à Marinha de contra torpedeiros.....	191

S U M A R I OCELEBRAÇÕES, HOMENAGENS, PASSEATAS e MANIFESTAÇÕESCÍVICAS: (Cont.)

- DEZEMBRO	- Homenagem ao General Manoel Rabelo	192
"	- Solenidade comemorativa do "dia do marinheiro".....	195
"	- Missa em sufrágio das almas dos soldados brasileiros, vítimas dos torpedamentos de nossos navios.....	195
"	- Homenagem ao Dr. Gustavo Capanema e ao Professorado Brasileiro.....	196

COMÍCIOS

- Na escadaria do Teatro Municipal, em homenagem à data natalícia do Presidente da República...	197
- Em frente ao Teatro Municipal, para encerrar as comemorações da "Semana Anti-Fascista".....	199
- Em Jacarépaguá, por ocasião da inauguração do Diretório da L.D.N.....	199

CONGRESSOS

- Sexto Congresso Nacional de Estudantes.....	65
- Sétimo Congresso Nacional dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares.....	202
- Primeiro Congresso Brasileiro de Economia.....	218
- Terceiro Congresso Brasileiro de Urologia.....	226
- Terceiro Congresso de Brasilidade.....	226

VISITANTES ILUSTRES..... 227BUSCAS E ARRECADAÇÕES..... 231PARALIZAÇÃO DE TRABALHO e AGITAÇÕES (TENTATIVA DE - GRÉVES

- Fabrica de Papel Tijuca Sociedade Anônima.....	235
- Armazens 13 a 17, do Cães do Porto.....	238
- Fabrica Santo Antonio Sociedade anonima.....	247
- Companhia Cervejaria Brahma.....	247

S U M A R I O

- II PARTE -

<u>MAPA ESTATÍSTICO</u>	249
<u>SINDICÂNCIAS E INTIMAÇÕES</u>	253
<u>GARANTIA e VIGILÂNCIA</u>	255
<u>ARQUIVO - "DOSSIERS"</u>	257

- III PARTE -

<u>AUMENTO DE VENCIMENTOS</u>	258
<u>MOVIMENTO COMUNISTA DAS AMÉRICAS, AGITAÇÃO E PROPAGANDA PRÓ LIBERDADE DE LUIZ CARLOS PRESTES</u>	261
<u>COMUNISMO NO BRASIL</u>	273
<u>MOVIMENTO COMUNISTA</u>	274
<u>COMISSÃO NACIONAL DE ORGANIZAÇÕES PROVISÓRIAS (C.N. C.P.)</u>	290
<u>MOVIMENTO MILITAR</u>	296
<u>DISSOLUÇÃO DO "KOMINTERN"</u>	298
<u>SERVIÇO SECRETO</u>	301
<u>CONCLUSÃO</u>	302